

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 76

Aos vinte e sete dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e sete, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa, António Manuel dos Santos Salavessa

Pelas 18:00 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Gabriel Ferreira Santos, José Maria Dias da Silva, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais, Carlos Manuel da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, José Ferreira de Almeida, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Joaquim dos Santos Abreu, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Raúl Ventura Martins, Armando Manuel Dinis Vieira e Élio Manuel Delgado Maia, as quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Imediatamente a seguir, retomou-se a ordem de trabalhos da reunião anterior.

PONTO N.º 2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS AO ANO DE 1996

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 97-03-31: CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO AO ANO DE 1996 : - Em seguimento do deliberado em 26 do corrente, o Sr. Presidente fez a apresentação detalhada do Relatório, já com redacção mais cuidada, salientando as alterações que foram feitas ao texto inicial, após o que distribuiu por todos os Srs. Vereadores um exemplar do novo documento o qual passou a ser analisado na especialidade.

Relativamente ao assunto, os Vereadores Srs. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio colocaram algumas questões que, sequencialmente, foram sendo esclarecidas pelo Sr. Presidente ou pelos Srs. Vereadores das áreas respectivas, concretamente sobre as matérias a seguir indicadas e que, nalguns casos, originaram pequenas correcções ao texto em análise: porquê a diferença, para menos, verificada no número de pessoal técnico superior, com referência ao Relatório do ano findo; porque

não foi incluído o quantitativo respeitante ao IVA turístico; quanto ao valor das taxas de licenciamento municipal de obras particulares e loteamentos, acham o mesmo bastante diminuto e consequência da não actualização e aprovação destas taxas, facto pelo qual têm vindo a fazer sucessivas intervenções. Fizeram, ainda, referência aos materiais e transferências efectuadas para as Juntas de Freguesia, salientando neste caso, a desproporção das verbas transferidas para a Junta de Freguesia de Santa Joana em relação às restantes, situação que se arrasta desde o início do mandato e sobre a qual têm vindo a insistir na apresentação de uma relação do respectivo montante. Com referência ao licenciamento municipal de obras particulares, questionaram se esta informação pretende cumprir o estipulado no ponto 2 do art.º 49º do Regulamento do PDM, entendendo-a insuficiente, em caso afirmativo. A este respeito, o Sr. Eduardo Feio lembrou a sua proposta aprovada na reunião de 2 de Dezembro do ano findo, no sentido de se fazer avaliação e monitorização daquele documento. Relativamente ao capítulo da Cultura, verificaram não existir uma articulação entre o documento em análise e o Plano de Actividades, porquanto, no caso concreto do projecto de investigação "Culturas Urbanas e Imagens das Cidades", acham que o mesmo foi incluído erradamente no documento sobre o qual nos debruçamos uma vez que este projecto não fez parte do PA do ano findo e nem sequer está inscrito no do ano em curso. Quanto à parte respeitante ao Centro Cultural e de Congressos e Galerias, acham que a mesma está bastante extensa, entendendo que talvez fosse preferível recorrer à junção de anexos. Aliás, defendem que a Câmara Municipal deveria começar a pensar em mudar o modelo adoptado, substituindo-o por outro onde sejam apenas incluídas as questões fundamentais, inscrevendo as restantes em anexos. Com referência ao capítulo do Desporto, de um modo particular quanto ao quadro em que estão inscritos os subsídios atribuídos, acham que o mesmo não dá uma dimensão exacta do montante despendido, porquanto não se encontram especificados os que são concedidos através de protocolo, entendendo pertinente a sua inclusão. São também da opinião que, de todos os quadros, deveria constar uma coluna de percentagens, o que permitiria uma leitura mais fácil dos mesmos. Sobre o Capítulo do Planeamento Urbanístico, o Vereador Sr. Eduardo Feio fez também algumas observações, concretamente quanto ao desenvolvimento e tempo de elaboração do Plano Estratégico da Cidade. Com referência ao Plano de Estacionamento e Ordenamento do Trânsito, questionou mais uma vez para quando a aprovação das suas linhas orientadoras. Sobre o Plano de Pormenor do Centro perguntou porque não foi ainda aprovada a 1ª fase e, quanto ao Plano de Pormenor da Frente Ria de S. Jacinto, referiu ser um instrumento que não existe, mas sim e apenas um estudo urbanístico a

integrar no PU de S. Jacinto. Relativamente ao programa dos Resíduos Sólidos, concretamente na parte relativa aos encargos com o pessoal, o Vereador Dr. Nogueira de Lemos disse que da leitura que fazia, depreendia que se estava a distender uma importância maior do que a que efectivamente se gastava antes da adjudicação da recolha de lixos à SUMA, perguntando se realmente era essa a realidade.

Quanto a esta última questão, o Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto respondeu que há um maior dispêndio financeiro mas, em contrapartida, houve um substancial aumento da eficácia, traduzida pela qualidade e quantidade de equipamento colocado no terreno e um aumento da área de actuação, fundamentalmente em termos de matéria de recolha e varredura.

De seguida e logo após prolongado período de esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, foi posto à votação o documento em apreço, tendo o mesmo merecido aprovação por uma maioria de seis votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Srs. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, que apresentaram a seguinte declaração de voto: " Abstemo-nos por considerar que, sendo o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência o registo dos projectos e acções executados e das verbas despendidas e recebidas, pode-se defender que a sua votação apenas deverá ser condicionada a um juízo de verdade sobre os registos apresentados. Não é esta a nossa perspectiva. Este momento é também um momento de avaliação política do desempenho camarário. Assim, como afirmámos na nossa declaração de voto, para o corrente ano, há um conjunto de projectos e acções estruturantes para o desenvolvimento concelhio que se transportam para o presente exercício, quanto a nós, por ineficácia da gestão da maioria do Executivo. Por outro lado, é de referir ainda a falta, ao nível do texto, de uma postura de avaliação crítica do desempenho autárquico. Finalmente, não ignorando que a apresentação dos documentos em análise tem sofrido sensíveis melhorias, sendo de realçar o esforço de todos os que neles colaboram, não podemos deixar de apontar que, ao nível formal, pelo volume de informação contido, o Relatório deveria ser apoiado em anexos, seleccionando e objectivando assim, informação e facilitando assim a consulta do documento".

Também pelo Vereador Sr. Eng.º Vítor Silva foi declarado o seguinte: " Voto a favor do presente documento porquanto entendo que o mesmo dá nota das obras que efectivamente foram executadas e, também, das acções que não foi possível desenvolver, sendo, por isso, um documento, tanto quanto possível, preciso".

O Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto fez também a seguinte declaração de voto: " O PSD aprova este Relatório de

Actividades porque o documento reflecte perfeitamente a opinião expressa pelos seus Vereadores, por ocasião da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento a que o documento respeita. De facto, o programa proposto foi cumprido em percentagem satisfatória, sendo, porém, certo que poderiam os Serviços Municipais levar mais longe tal percentagem de execução, se dispusessem de melhores condições técnicas de trabalho, tanto na área da administração do pessoal e operativa, como das instalações e demais infra-estruturas e equipamentos. De facto, são notórias as deficiências nestas áreas, fundamentalmente nos sectores da organização e das instalações, as quais, se não forem colmatadas a curto prazo, poderão comprometer o já pouco elevado grau de eficácia, comprometendo, assim, todo e quaisquer planos de actividades por melhores que sejam. Acresce ainda que, em conformidade com o teor da declaração de voto proferida por ocasião da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento a que este Relatório respeita, o Plano aprovado nunca seria um plano de uma maioria PSD, mas que, constituindo-se ele na proposta de continuidade da maioria, não continha qualquer "objectivo" ou "programa" que colidisse com a nossa perspectiva, tanto mais que as propostas de alteração por nós apresentadas, foram aceites na generalidade. Por todo o exposto e, pelo facto da execução do Plano se ter aproximado das nossas expectativas, e por considerarmos ainda que as deficiências que apontámos relativas às deficiências de organização, do equipamento e das infra-estruturas são uma consequência da longa vivência do CDS/PP no Município e que, pela sua natureza não são colmatadas em tão curto espaço de tempo de um só mandato, assim votámos a favor o Relatório em apreço".

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para fazer apresentação do documento de acordo com a deliberação supra e também de acordo com a documentação previamente distribuída por todos os Senhores Deputados Municipais.

Colocando-se de seguida à disposição do plenário para prestar eventuais esclarecimentos sobre matérias respeitantes a este ponto da agenda de trabalhos.

Presidente da Mesa:

"Portanto, está para se discutir o Relatório e as Contas da Câmara de 1996. Antes de prosseguirmos e por uma questão de metodologia de acordo com o que habitualmente tem sido feito, esta discussão seria na generalidade e depois a votação seria separadamente para o Relatório e para as Contas. Portanto, se nada há a opor,

prossequimos com este sistema e vou dar a palavra a quem estiver interessado".

Vogal António Salavessa:

" Eu gostava que a Câmara me informasse, porque isso não é visível na leitura que fiz dos documentos, pelo menos não me pude aperceber disso, se entrou nas receitas alguma verba paga pela SUMA em termos de compensação de pessoal, quanto foi essa verba e onde é que está incluída?".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Olinto Henrique da Cruz Ravara, Raúl Ventura Martins e Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente, Srs. membros desta Assembleia, a natureza da discussão que anualmente nos traz aqui, a discussão do Relatório de Actividades, é em si e por natureza pouco apaixonante, porquanto, não estamos a discutir o que se vai fazer, mas apenas certificar, eventualmente o que tenha sido feito e o meu camarada Raúl Martins, acrescenta e bem " ou o que não se fez". Essa natureza certificativa, se por um lado não nos mobiliza, não pode no entanto, deixar de nos fazer tecer algumas considerações, as quais eu julgo da maior relevância. E assim, e é curioso cortejar aquilo que eventualmente se hoje dirá, com aquilo que foi dito sobre o Relatório de Actividades do ano transato. É que, há um ano disse-se e frisou-se, que o que preocupava em Aveiro era a ausência de uma estratégia, a ausência de rumo definido para este Concelho. É manifesto, hoje, até da exposição arrastada, eu diria cansada, do Sr. Presidente, que nenhum projecto, nenhuma ideia força percorreu este Concelho durante o ano que hoje formalmente finda. De facto, da leitura desta introdução, a única coisa que o Sr. Presidente se pode permitir destacar, é a persistência de esforços que recorrentemente ano após ano, são trazidos a esta Assembleia. Ou seja, o Sr. Presidente destaca do exercício deste ano findo, a permanência dos esforços para a reestruturação dos serviços, a permanência dos esforços para a obtenção de um local para a colocação dos serviços, a luta desenvolvida para as acessibilidades, etc., etc.. Ou seja, nada disto é novo. E, eu permito-me até citar para além do meu camarada Raúl Martins, as considerações que o Professor Rosa Pires, de forma assaz, brilhante, fez há um ano atrás, em que se insurgia já, sobre este tipo de exposição e sobre este tipo de desnorte e sobre este tipo de ausência total de projecto e de rumo. É óbvio, que hoje não vamos discutir que projectos é que Aveiro pode ter, porque infelizmente, já discutimos essa questão aquando do programa e

do Plano de Actividades e, manifestamente, a ausência dessa estratégia ou desse rumo ficou assaz demonstrada. Porém, eu não posso deixar também, no plano da generalidade, deixar de censurar mais uma vez a Câmara, porque recorrentemente traz a esta Assembleia, aliás de forma cada vez mais infeliz, a Urbanização do Cojo, como sendo algo, e para citar o Sr. Presidente, "O molde demonstrativo da preocupação da Câmara Municipal no sector urbanístico". Já o tem feito, já se permitiu até, utilizar a fotografia do Cojo, de forma infeliz aquando do Plano de Actividades, um empreendimento privado. Mas, se é manifesto que há uma iniciativa nesta Cidade que não depende da Câmara, antes foi obtido com a relutância da Câmara e graças a esta Assembleia, bem ou mal, aliás o Sr. Salavessa persistentemente diz que mal, mas foi obtido nesta Assembleia e por uma Comissão desta Assembleia a solução do Cojo. Não é preciso fazer um grande exercício retrospectivo para sabermos que os Planos para o Cojo, apesar de nunca muito transparentes, com toda a certeza não eram estes que foram obtidos pela Assembleia, e a Câmara persiste numa estratégia, diria de cuco, em trazer para si aquilo que ele entende ser os méritos desta iniciativa. É manifesto, que também isso não pode ser sufragado por esta Assembleia. Basicamente era isto que eu queria dizer, uma vez que, repito, a natureza desta discussão não permite traçar outro tipo de considerações. Em resumo, se a discussão que hoje se faz nesta Assembleia, nesta reunião, é uma discussão que visa certificar o passado, eu penso que resulta claro, que a certidão será uma certidão de imobilismo e de cansaço".

Vogal António Salavessa:

" Nesta mesma acta citada pelo Dr. Filipe Brandão, é possível ver que eu tenho colocado, coloquei o ano passado e tenho colocado sistematicamente algumas reservas quanto ao interesse de se fazer uma grande discussão em torno da apresentação do Plano de Actividades e do Relatório de Contas. Interesse que é diminuído, pelo facto de, objectivamente, estarmos com um atraso de cerca de dois meses em relação àquilo que poderia ser a discussão deste Plano. Portanto, podia ser no início de Abril e estamos no final de Maio a discuti-lo. De qualquer forma, este ano, entendo que depois de alguma reflexão, entendo que vale a pena colocar neste ponto da discussão da generalidade, uma intervenção que visa, objectivamente três questões, que é possível escarpelizar apesar de todo o papel de fantasia que embrulha o essencial deste Plano; e que não é muito. A primeira questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a acentuação da tendência neste município, para o aumento das despesas correntes, e para a diminuição relativa dos investimentos. Aliás, o Sr. Presidente na sua intervenção,

mas sem o destacar já referenciou. A segunda questão, é que a Câmara não é rigorosa, isto para não dizer que mente, quando nos fala da taxa da execução do Plano. A terceira questão, é ou será, a demonstração final ou a confirmação ou o escândalo da privatização da recolha de lixo entregue a uma empresa e, eu digo aqui mais uma vez, o que já disse noutra local, que nada tenho contra uma empresa que aproveita aquilo que a Câmara lhe dá, mas de facto, o acto de privatização nos termos em que foi feito pela Câmara, é um escândalo. Passo então a justificar estas três asserções. Em primeiro lugar, a questão da diminuição relativa do investimento. Penso que o Sr. Presidente citou os números, eu não ia repeti-los, é da própria análise dos números que são apresentados que chegamos à conclusão, que aumentam as receitas correntes e de capital, em conjunto, no total de trezentos e sessenta mil contos, mas as despesas evoluem de forma diferente. Será que houve alguma contenção das despesas correntes? Será que houve um aumento do investimento? Não houve. Não houve nem um nem outro, houve, de facto, um aumento das receitas correntes e houve a estagnação do investimento. Portanto, nós assistimos a um aumento de cerca de trezentos e cinquenta mil contos nas despesas correntes e o investimento diminuiu ligeiramente em termos numéricos, em termos absolutos em relação ao ano passado, menos seis mil contos, como disse o Sr. Presidente. O que é mais importante é que, esta diminuição real é inferior, esta diminuição numérica é inferior à diminuição real, visto que isto deve ser compensado com os valores da inflação. Temos assim que esta Câmara, pela primeira vez nestes últimos três anos, o ano 1996 é o único ano em que a Câmara faz mais despesas correntes do que despesas de capital, em 1995 e 1994 as despesas de investimento eram superiores às despesas correntes. Eu acho que deve ser sublinhado que em 1996, a Câmara gastou mais em despesas correntes do que em despesas de capital, do que em investimentos. Portanto, temos uma Câmara que é cada vez mais um aparelho virado para si próprio, para a sua auto-manutenção e não para a resposta das necessidades do Concelho.

A segunda questão, a da falta de rigor, senão outra coisa da Câmara, em relação ao cumprimento do Plano, tem a ver com o seguinte: Diz o Sr. Presidente que a taxa de execução do Plano é 77,7%. Aliás, se formos dissecar objectivo a objectivo, aquilo que cada objectivo diz que cumpriu, nós temos: objectivo da Educação cumpriu 86,9%; Cultura, Desporto e Tempos Livres 64%; Acção Social 84%; Saúde 94%; Habitação e Urbanização 72%; etc.; etc.;. Quer dizer, não há um único sector municipal que tenha tido uma taxa de execução inferior, à realização das despesas de investimento média, que foi conseguida no Concelho, que é de 53%. Todos os sectores dizem que cumpriram o

Plano, numa percentagem maior do que a média dos investimentos, isto é uma coisa espantosa. Eu não sei como é que cada objectivo fez o seu cálculo, mas eu só vejo no cumprimento do Plano um processo do que pude verificar. É, a execução financeira de cada um desses objectivos, não vejo outra maneira. Se vão contar obras, é evidente que vão pôr no mesmo saco uma obra que custa quinhentos contos como uma obra que custa cinco mil contos ou que custa dez mil contos. Portanto, não se podem compatibilizar obras. Têm que se compatibilizar os gastos efectivos. E aplicando estas taxas de execução que há, objectivo a objectivo., nós teríamos tido uma execução do Plano na ordem dos três milhões e trezentos mil contos, ou seja, mais um milhão de contos do que o total das despesas do investimento. Não pode ser, Sr. Presidente. Não pode ser Exma. Câmara Municipal. Digam-nos de facto, qual foi, se nós temos 54% ou 53% da execução das despesas de capital, como é que é possível, aplicando os índices que aqui estão, ter 3,3 milhões de execução do Plano?

A terceira questão, tem a ver com o processo de privatização da recolha do lixo em parte da cidade. A oito de Janeiro do ano passado, na nossa segunda reunião para discutir o Plano de Actividades de 1996, denunciei aqui, o que significava de aumento de encargos para o Município a concessão a uma empresa privada, da tarefa e da responsabilidade municipal da recolha do lixo nalgumas zonas do concelho. Afirmei então, que todo o sector de higiene e limpeza, que em 1994 tinha feito uma despesa na ordem dos duzentos mil contos, passava, segundo Orçamento para este ano, para uma despesa global de trezentos e sessenta mil contos, portanto um aumento extraordinário. Afirmei então que tal privatização era um escândalo, a Câmara ficou calada nesse momento. E foi o Dr. Jorge Nascimento, quem veio a terreiro, em defesa do Executivo, interrogando-se acerca do que efectivamente iria acontecer, já que 1994 era despesa efectivamente efectuada, em 1996 era Orçamento. O Dr. Jorge Nascimento poderá ter pensado que nessa como noutras áreas, a Câmara se ficaria pela metade, que é aquilo que se passa normalmente, a Câmara orçamenta uma verba e gasta metade. Mas, o que acontece, é que a expectativa era verdadeira em relação a toda a área e, de facto, gastou-se uma verba significativa. Ora, hoje o que temos aqui já não é nenhuma expectativa, o que temos aqui são contas e as contas dizem-nos o seguinte: em 1994 o Município gastou, em despesas correntes, na área da limpeza e salubridade cento e cinquenta e um mil contos; no ano seguinte, em 1995, gastou cento e cinquenta e quatro mil contos, ou seja, mais três mil contos em despesas correntes; em 1996 a Câmara gastou em despesas correntes nesta área trezentos e sessenta e cinco mil contos, um aumento de 137%, mais

duzentos mil contos no ano do que em 1995 e que 1994. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com mais duzentos mil contos de despesas por ano, a Câmara podia fazer muito mais. Eu coloquei o pedido de esclarecimento para fazer as contas e a Câmara disse-nos que a SUMA devolveu ao Município por conta de despesas com pessoal da Câmara, colocado ao serviço da SUMA, cerca de quarenta e dois mil contos num ano. Sendo assim, o aumento não é de duzentos mil, é de cento e sessenta mil contos. É um aumento para o dobro. Sr. Presidente, Srs. Deputados, com estes cento e sessenta mil contos a mais por ano, a Câmara podia gastar em investimento próprio, para a melhoria da qualidade de serviço, podia gastar cinquenta, sessenta mil de contos e tinha uma melhoria efectiva de serviço que corresponde à melhoria que dizem, que a SUMA tem produzido e com os outros cem mil, em dez anos, a Câmara pode construir uns Paços de Concelho de raiz, para acabar com esta procura incessante de ano após ano, sem conseguir responder a este problema. Em dez anos a Câmara poupava um milhão de contos, que lhe dava para construir uns Paço de Concelho. Por isso, Sr. Presidente, na base destes números, na base deste escândalo, apelo à Câmara para que reveja rapidamente os termos da concessão e que acabe com ela, se necessário".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente, eu era só para questionar umas pequenas coisas à Câmara, de obras que eu acho que deviam ter sido feitas e não foram. Eu questionava a Câmara no seguinte: nos planos anteriores sempre a Câmara escreveu a intenção de construir uma escola C+S em Sá-Barrocas, uma escola básica na Forca-Vouga, abrir a rua Dr. Luís Regala, beneficiar a iluminação pública na zona antiga. Eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara me informasse, porque nada disto foi feito ou se tem ainda intenção de o fazer, visto que são obras de grande importância para a Freguesia da Vera Cruz".

Vogal Rosa Pires:

" Sr. Presidente, caros colegas, uma observação breve. De facto, já há vários anos, suponho que é a quarta vez que falamos em Relatório de Actividade, e que eu tenho discordado do conteúdo e da configuração deste tipo de Relatório. Tenho dito que há, sobretudo dois aspectos ou duas funções que eles podem desempenhar. Há uma função que é nobre, e que aliás ainda há pouco vimos um excelente exemplo disso; outra que é fiscalizadora, em que nós verificamos se se obedece aos tectos orçamentais, se se gastou o dinheiro onde estava previsto, se a informação é rigorosa, e porventura se é suficiente para formar opinião.

Mas, há outra vertente que tem sido sistematicamente ignorada, que é, transformar este Relatório de Actividades num instrumento de gestão, portanto, dar-lhe utilidade para a gestão quotidiana. E isso, tem várias vertentes, não vou alongar-me, de facto, o ano passado acho que tive ocasião para abordar com maior profundidade estes assuntos. Há uma análise do que foi feito, se fomos eficazes ou não? Resolvemos o problema, ou não? Quanto é que isso nos custou? Não é feita essa análise no Relatório que nos é apresentado. A capacidade de nos organizarmos, isto é, porque razão é que nós só temos, nalguns casos, taxas de execução que não chegam aos 50% ou que rondam os 50%. Perceber o que é que não funcionou bem, internamente ou externamente, etc.. E uma outra vertente, que é se de facto, nós tivemos capacidade de ir identificando problemas que surgiram à comunidade à medida que o ano ia avançando. Enfim, é possível tornar este Relatório de Actividades num instrumento de gestão e isso não foi feito. O que é que ele nos oferece? Oferece-nos uma descrição com muita informação, fácil de ler é certo, mas vazia de qualquer conteúdo analítico. É meramente descritivo. É que nem se analisa se fez bem ou não fez. Tem que ser mais do que isso. E eu até poria um desafio, que eu acho que deveria ser levado a sério e gostaria que o fosse. Este é um desafio, transformar aquilo que aparentemente é inútil em algo que é muito útil para o futuro. Eu não tenho dúvidas que aquilo que eu proponho, confesso, é bastante melhor, os resultados são com certeza melhores, do que aqueles que são obtidos com este tipo de plano, ou deste tipo de Relatório. É desafio quem defenda o contrário, a provar que é mais útil para a sociedade aveirense ter este tipo de Relatório, do que ter o Relatório que vimos a propor ano após ano, pelo menos de há quatro anos. Agora, gostava de mudar um pouco de tom e dizer o seguinte: se nós olharmos para este documento, temos um documento sem vida, temos um documento sem chama, é um documento a olhar para o passado, como disse o nosso colega Filipe Neto Brandão. Ora, se temos um documento que não tem futuro, um documento que não tem futuro não tem esperança. Até por isto, nós devíamos todos, mesmo aqueles que têm que defender por condicionantes políticas, até por isto, devíamos procurar ter um Relatório de Actividades, muito diferente daquele que temos vindo a ter ano após ano".

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu entendo que o Relatório de Actividades, portanto, é como já o baptismo que ele tem de Relatório indica, o Relatório é o relato daquilo que se fez. E para mim, é sem dúvida o instrumento de comparação, é digamos que a prestação de

contas de uma gerência do Executivo, limitada ao tempo. Portanto, o Relatório para mim é isso. É evidente que sendo um relatório que faça o rastreio do que se fez, do que se devia fazer, do que estava em perspectiva, penso que isso sairá um bocadinho, sendo um documento que traduza isto, cativará o cidadão à actividade municipal, e tem, não há dúvida nenhuma, esse ponto útil, mas sai propriamente daquilo que deve ser o Relatório. Portanto, este Relatório, eu entendo que cumpre perfeitamente a sua função. Ao fazer a descrição, pela forma que o faz, do que efectivamente aconteceu em termos de gestão municipal e de alguma maneira, comparando-a com o Plano de Actividades que foi aprovado, que era o documento vinculativo para o Executivo. Portanto, eu aplaudo ao verificar que este Relatório satisfaz cerca de 75% a 77% das obras que foram planeadas, o que é um índice avantajado e merecedor, penso eu, do aplauso de qualquer cidadão Aveirense. Bem, isto de documentos e Relatórios são coisas muito importantes, é evidente, mas o cidadão vive da informação, e a informação, digamos que é a mãe da acção, determina a acção, mas o cidadão munícipe, em geral, vive mais daquilo que se fez do que daquilo que escreve. É a diferença entre o teórico e o prático. Este Relatório, sem abandonar, digamos, esta perspectiva do teórico, importaria dizer que podia ter-se feito, mas importa é o que cá está referido. Portanto, sem abandonar essa perspectiva, cumpre perfeitamente a sua função.

Também entendo que todo este elenco de coisas que se levam ao conhecimento das pessoas, quer dizer, é importante realmente que se traga, para a causa da cidadania, o cidadão, porque são motivos que lhe interessam. Portanto, eu entendo que estas descrições e tudo o que aqui foi dito é importante, como entendo que é importante, por exemplo, aquela exposição do Poder Local que se fez, e que muitas vezes até tem sido criticada. O que se fez em Aveiro, aquele trabalho que esteve além no Centro Cultural, entendo que é um factor que vem na linha daquilo que aqui foi dito, trazer o cidadão à causa municipal, portanto, ver todo este desenvolvimento, analisar, perspectivar que caminho poderia ter seguido e não seguiu, se seguiu bem, se não seguiu. E, eu entendo, quero dizer aplaudo tudo o que se fez até aqui. Evidentemente que isto agora também não é caso de loucura ou de fundamentalismo. Admito que se tivesse feito mais, mas entendo que os Executivos e designadamente este e do que se passou no ano passado, cumpriu naquilo que era possível, porque temos que atender também aos meios de que se dispôs. Ora por exemplo, uma faceta importante em que este Executivo veio atrair a cidadania, foi num escalão logo a seguir; foi a descentralização. Que é uma coisa que ainda não foi motivo de em foco aqui, já tem sido referido assim "a latere" e à margem pelos Srs.

Presidentes de Junta, foi esta descentralização, que é a participação das pessoas que estão, digamos, nesta ordem do dever de executar, a seguir à Câmara. Foi a descentralização efectivamente conseguida, multiplicada no ano passado, dos poderes que as Juntas de Freguesia desenvolvem em conjugação com o Executivo. Isto é um importante factor de participação, é uma coisa importantíssima e há que seguir nesta senda. Portanto, eu entendo assim num modo geral, que o documento não merece criticas especiais, evidentemente que pode ser sempre melhorado, isso é uma coisa que se pode dizer, como se pode dizer que podia ser pior, isso é um lugar comum. Que as obras que se fizeram têm mérito, tem mérito absoluto, o índice de concretização isso é que é importante. Esta Assembleia quis que se fizesse aquilo e o Executivo levou a cabo 77%, e, portanto, também entendo que mais do que os papéis, interessam as obras feitas, e isso é certo, em obras feitas não há criticas a fazer ao Executivo. Merece o meu inteiro aplauso".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, até pelo tom das intervenções que aqui foram produzidas, se repara que a discussão deste documento não suscita grandes paixões. No entanto, e lembra-me sempre esta discussão as pescadinhas de rabo na boca, porque daí empurram para cá e de cá, como se disse já aqui hoje, somos obrigados pela força das circunstâncias, a empurrar para aí. Nem daí empurram para cá pela força das circunstâncias, penso eu, nem daqui se empurra para aí alguma coisa, também pela força de outras circunstâncias. Em relação ao documento, eu gostaria de dizer em primeiro lugar, e realçar a real, gradual, e efectiva melhoria, não só de aspecto, como em termos de conteúdo mais correcto, mais aperfeiçoado, respondendo de uma forma mais eficaz àquilo que realmente um documento deste tipo tem que responder. Se num documento deste tipo, se encerrassem ou se produzissem críticas acerca do trabalho feito, sugestão até positiva, penso eu, logo essas críticas, estou certo, seriam aqui escalpelizadas e aproveitadas como um outro tipo de manobra política que um documento deste teor, não deve sequer ter a presunção de assumir. É óbvio que a crítica a um documento deste teor ou outro qualquer que aqui venha, é feita na sua grande e maior e talvez única legitimidade, por esta casa. É esta casa que tem que criticar os méritos e os deméritos destes programas, destes Relatórios, das Contas de Gerência, etc., etc., etc.. É desta casa que sai lá para fora, aquilo, que aqueles que nos elegeram, têm que saber acerca destes documentos. Obviamente um documento deste estilo, não poderia em si próprio, para além de elencar aquilo que foi feito, encerrar uma crítica positiva necessariamente àquilo que foi

feito. É óbvio quanto a nós, quanto a mim e penso quanto a todos nós. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer e daí vem a história da pescadinha do rabo na boca, é que se deste lado somos acusados de dizer sempre as mesmas coisas e tentar defender da mesma maneira documentos que da mesma maneira aqui foram apresentados, o mesmo se passa desse lado. E entramos num jogo que é um jogo próprio de uma casa como esta, de procurarmos da melhor maneira, às vezes, nem sempre mais esclarecida, criticar algo que em si próprio, não é criticável a esse ponto. Porque realmente, um cumprimento de um plano, como disse o meu colega de bancada, Dr. Jorge Nascimento e bem, a 77,7%, embora o Sr. Salavessa não acredite, é algo de realçar. O aumento exponencial das transferências de verbas para as Freguesias, é também algo de realçar, até porque este aumento exponencial de verbas para as Freguesias, traduz, a preocupação que sempre foi constante por parte deste Executivo e bem, também, se calhar, se quiserem como linha de rumo, em trazer as Freguesias para o centro da decisão daquilo que realmente é dos interesses dos habitantes dessas Freguesias. Ninguém melhor dos que estão para lá do Marão, para mandarem para lá do Marão também. É trazendo as Freguesias e os seus legítimos representantes para o centro da decisão acerca daquilo que melhor as vai servir, que realmente se definem também linhas de rumo, penso eu. É por exemplo, continuar a tentar e aí também é uma prova de humildade, o dizer-se aqui que se está a lutar e a tentar para cumprir os objectivos das acessibilidades. É verdade, todos nós sabemos que isso verdade. É uma guerra de há anos, continua a sê-la, até realmente o objectivo das acessibilidades estar cumprido. E isto não é uma linha de rumo? Então o que é? É evidente, que quando aqui se classifica esta estratégia de disposição, de apresentação de documentos deste tipo, que eu também concordo, pelo seu teor, por aquilo que é próprio deles, são se calhar relativamente maçadores. Mas, quando aqui se classifica a estratégia de apresentação destes documentos como estratégia de "cuco", a mim, pessoalmente, dá-me vontade de dizer que às vezes a oposição também tem uma estratégia de "papagaio". Quer dizer, e então andamos nisto e brincamos todos aqui aos pássaros, quando nada disto que está aqui é uma brincadeira. É obra feita, podia ser mais, sim senhor, mas também podia ser menos e aqui ninguém diz isso. É obra feita, traduzindo linhas de rumo deste Executivo, que nós bancada do Partido Popular, nesta Assembleia claramente apoiamos, claramente dizemos que são linhas de rumo, não só do passado, sim senhor, mas também, a lançarem as bases para um futuro".

Vogal Victor Mangerão:

" Sr. Presidente, caros colegas da Assembleia, eu julgo que este ponto da ordem de trabalhos, não é por acaso, realmente, que está a ser tratado de uma forma, a menos que haja ainda alguma surpresa que será sempre interessante e bem vinda e, sem minimizar a importância da intervenção do Sr. Salavessa sobre um aspecto pontual, mas isso lá iremos, de qualquer forma, penso que a forma acinzentada como está a ser tratado um ponto da agenda, que teoricamente deveria ser extremamente importante, só significa o quê? Na minha interpretação, é que, o Relatório de Actividades não pode ser dissociado do Plano de Actividades. E os Planos de Actividades de um Executivo, não podem ser distanciados na sua análise e na sua apreciação daquilo que deve ser a filosofia política e de gestão, desse Executivo. A que é que assistimos no caso concreto de Aveiro? A uma maioria homogénea, que conta com uma consensualidade mais ou menos permanente da parte dos elementos da oposição que com ela trabalham, o que permite que, à partida aquilo que pode ter sido a diferença em campanhas, em objectivos dos vários candidatos ou das várias candidaturas nas eleições, se foi diluindo com o tempo e gerando uma espécie de governação mais ou menos de sentido único. Essa governação está essencialmente expressa naquilo que são os programas de governo para os Governos e os programas das câmaras nos Planos de Actividades anuais. O que seria de desejar e o que seria de esperar era que, o início do mandato fosse assumido por quem o vai efectivamente dirigir, fosse assumido em termos de um todo. E então, dir-se-ia assim: Nós se ganharmos a Câmara, temos estes projectos, estes objectivos, pautaremos a nossa actividade e a nossa conduta por estes valores e vamos fasear isto, adequadamente, em quatro anos que o mandato tem. Por razões que nós conhecemos no caso concreto de Aveiro e que tem a ver inclusive com as características deste mandato do Executivo, isso era difícil de estabelecer.

Daí que estejamos aqui à volta de um Relatório, que pode ser defendido desta maneira. Mas o que é que vocês querem senão, a exposição objectiva, com números e com gráficos, daquilo que efectivamente se fez. E para aqueles que não esperam, nem querem, nem precisam de mais do que isto da gestão camarária, não há dúvida; o Relatório de Actividades é isto mesmo. Mas uma Câmara, um Município, não é uma sociedade anónima. As sociedades anónimas, porque têm accionistas, que eventualmente são portadores de acções e ninguém sabe bem quem eles são, a Lei obriga-lhes a publicitação do Relatório de Gestão, precisamente para quem tem interesses na sociedade, possa saber como é que aquilo foi gerido. Vai à Assembleia Geral se quiser ir, se não quiser ir pelo menos o relatório pode-o ler. E, aí vemos nós entre Março e Abril os jornais cheios de grandes relatórios das grandes

sociedades anónimas, que acham que devem, precisam, e são obrigadas a publicar. Quem faz a leitura desses relatórios, pode analisar também a diferença substancial que há entre umas sociedades e outras. Também aí, em muitos casos, há sociedades que optam por Relatórios de Gestão que são meramente o somatório, melhor ou pior escrito daquilo que efectivamente se fez. E há sociedades que assumem em preâmbulos extremamente bem elaborados, em introduções, em capítulos inteiros, aspectos de gestão que não são propriamente mensuráveis nem redutíveis a gráficos ou a demonstrações de resultados. Eu penso que uma Câmara, penso que um Município, é essencialmente um ente político e depois um ente de gestão; administrativa, técnica, o que quiserem, mas é essencialmente um ente político. Ou seja, é uma estrutura, é uma organização que pauta a sua efectiva funcionalidade não pelos mesmos critérios de qualquer organização do mundo empresarial como muitas vezes se tende a fazer encarar as Câmaras, isso ajuda-nos a resolver os problemas de uma Câmara, mas não pode ser redutor do papel de uma Câmara. Uma Câmara é essencialmente um ente político. São os interesses públicos, são os objectivos públicos, é a defesa da qualidade de vida, do progresso, dos direitos de liberdade, dos direitos à melhoria das condições de todos, das representatividades dos anseios locais. O que a mim me confrange e se eu fizesse parte de uma Câmara forçosamente marcaria posição em relação a isso, é que se dispense tanto a nota política. No Relatório? Obviamente tem que se dispensar a nota política no Relatório, pois se ela não está contida no Plano de Actividades. É óbvio. Então ia-se agora escrever, sobretudo no último ano do mandato, num Relatório que diz respeito ao último Plano de Actividades que ainda tem algum interesse, aquilo que não se escreveu no Plano de Actividades do ano passado, nem no de há dois anos, nem no de há três anos? É evidente que era esperar muito. Era preciso que houvesse uma grande alteração na maneira de ser e na maneira de assumir politicamente a gestão desta Câmara. Eu compreendo que ela neste momento não tenha capacidade, (isto sem envolver o mínimo de desrespeito e consideração pelas pessoas que a compõem) mas é uma questão mais do que ideológica, é quase uma questão psicológica.

Quer dizer, é evidente que esta Câmara despolitizou-se, se calhar nalguns aspectos, ainda bem, mas noutros aspectos ainda mal, e por uma razão, é que à margem destes números e à margem do que se fez ou que não se fez e não estou a discutir o que foi válido e o que ficou por fazer e, portanto, não é válido, à margem disso tudo, houve correntes, houve transformações profundas, há desafios que entretanto nasceram no campo político com incidência directa no campo concreto das coisas, ou seja das obras, dos projectos, das maneiras de se fazerem as coisas, que

não estão cá aflorados. A Câmara parece que não tem posição política marcada perante nada do que é político; parece. E este Relatório retrata isso mesmo, mas isso já vinha no Plano de Actividades, ou melhor, isso já faltava no Plano de Actividades. Eu julgo que para um Relatório ser um instrumento de gestão e é óbvio que deveria ser, tinha de ser antecedido de um Plano de Actividades que já tivesse uma profunda filosofia de gestão sobre esta perspectiva; precisamente o político. E há uma realidade, que eu peço desculpa, mas que eu lastimo sempre de ver ausente destes documentos fundamentais do Município. É a realidade sócio-política, do Aveirense de Aveiro, enquanto tal. Eu não queria que o Sr. Presidente da Câmara escrevesse, já que tem que ser ele a assinar isso, uma espécie de discurso sobre o Estado da Nação; mas era muito bonito se o fizesse. E era num Relatório destes, que eventualmente faria, como era no Plano de Actividades. O assumir, aquilo que não se mede, o dizer assim: É a nossa intenção fortalecer isto assim, assim, é a nossa intenção recuperar os atrasos de isto assim, é a nossa intenção marcar posição perante estas grandes problemáticas que se avizinham e que nos cercam, é a nossa intenção não nos deixarmos ficar para trás nisto e naquilo, é a nossa intenção em relação à regionalização marcarmos esta posição assim, assim, assumir isto. Que diabo! Isto não é uma sociedade anónima. Eu tenho ajudado a fazer relatórios de gestão de sociedades anónimas a compor-lhes o português, a dar-lhes a pitada, que me dizem assim: Oh! Dr., isto está muito seco, foi o revisor oficial de contas, foi o chefe da contabilidade, foi não sei quê, mas para ir para os bancos e depois para a Secretaria de Estado, não sei quê, convém que haja aí umas coisas, que se fale disto e daquilo e o Dr. é que tem jeito; e vai o Dr. e faz aquilo que falta. Aqui não estamos nessa situação, aqui não se acrescenta coisas para ficar mais bonita ou menos bonita, aqui acrescentam-se coisas porque têm que lá estar no sítio certo, porque tem razão de ser.

Isto não é uma intervenção senão uma introdução à problemática que daqui a um bocado vem-se a discutir mais em pormenor, há aí muitas coisas de pormenor que vão ser discutidas forçosamente, no mínimo, este Relatório é sempre confrontado com o que foi o Plano de Actividades do ano passado, e aí o que ficou por fazer, o que ficou mal feito, o que está mal explicado, deve ser aqui discutido e tirar-se daí as conclusões próprias. Mas, para mim, o que eu lastimo profundamente, mas que não me admira que tenha acontecido neste final de mandato, é que este último Relatório, realmente melhor estruturado, um bocado mais bem escrito, com maior documentação e tal, no fundo é exactamente igual ao Relatório do ano passado ou de há dois anos ou de há três anos e sobretudo, ao dos mandatos anteriores. Enquanto faltar

esta chama que aqui foi tão bem referida há bocado, nós não damos o salto qualitativo para a frente. Continuamos numa rotina que nos faz permanecer à superfície. Eu lastimo imenso que a fasquia dos anseios dos Aveirenses esteja colocada tão baixa, que o Dr. Nascimento ache, que aquela exposição sobre as actividades da Câmara que está lá em baixo no Centro de Congressos que é uma coisa fabulosa! Não é Dr. Nascimento, é extremamente pobre. Estão lá meia dúzia de coisas que não podiam deixar de estar. Aquilo é bonito está bem, mas é pouco. Enquanto nós pusermos a nossa bitola no pouco, temos sempre com que comer, com que nos alumiarmos há noite e nos aquecermos no inverno. Mas que raio. É pouco que nós queremos? É apenas o bastante? Não queremos mais? Digam-me então, onde é que está aqui neste Relatório, a lastima ou a crítica ou o assumir da responsabilidade de não termos querido mais. Donde é que está afinal de contas, para voltarmos, já que gostam tanto do problema da gestão, a aprendizagem, a reflexão feita sobre o que se passou, de forma a que um próximo Plano de Actividades tenha muito mais sumo, muito mais ambição e corresponda muito mais a um sonho de mudança e de grandeza para Aveiro, do que até este momento, nós comungamos uns com os outros. Só uma nota final, eu pessoalmente assumo a parte de responsabilidade que me toca em tudo isto. Acho que todos estes fenómenos, que depois aqui pontualmente discutimos, retratam um bocado a espécie de abolia em que Aveiro tem andado mergulhada. Esta nota final é só por isto: mais uma vez, Dr. Nascimento, obrigado por me servir de referência neste pequeno discurso, é que, a sua coisa do crescimento, realmente, Aveiro cresce porque há coisas que têm mesmo de crescer da mesma maneira como um adolescente vai crescendo, porque senão não crescia dessa maneira. Diga-me agora é, onde é que têm havido os motores de crescimento motivados e motivadores, nascidos da criatividade da iniciativa e do assumir do risco dos Aveirenses propriamente dito? Diga-me onde é que está. Se é na Força, se é nas novas urbanizações, quaisquer que elas sejam, diga-me se é nalgum exemplo arquitectónico que aí haja, num concurso promovido pela Câmara Municipal, que possa dizer assim: O mercado tal, ganhou o concurso tal. Passamos o tempo a queixar-nos de Coimbra, passamos o tempo a queixar-nos que a televisão que não nos liga, diga porque raio é que Coimbra não há-de ganhar-nos aos trunfos se nós continuamos assim. Diga-nos por que raio é que a televisão há-de vir a Aveiro, se nós não arranjam coisas para justificar que ela venha a Aveiro?

O cortejo do outro dia foi uma coisa bonita; não me venha com cortejos, já estou à espera que me venha com cortejo, mas se não fosse esse cortejo, que foi uma iniciativa trazida de fora para Aveiro,

diga-me que diabo de Festas da Cidade tinham sido as festas da Cidade deste ano. Festas da Cidade? Qualquer vilória por aí abaixo faz festas à sua dimensão exactamente parecidas com a festa da Cidade. Se calhar juntavam ainda mais gente no jantar oficial da Câmara do que aqui juntámos. Era a única diferença. É isto que eu lastimo é, para terminar, que a nossa fasquia esteja tão baixa e é isto que é preciso mudar, e nisto, não meto política partidária nenhuma. Mudará? Não é uma questão tanto de partido, já cheguei a essa conclusão. É uma questão de pessoas e é uma questão de objectivos".

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Presidente da Mesa:

" De acordo com o que foi proposto estamos a fazer a discussão do Relatório e Contas de 1996, discussão que está a ser feita na generalidade para de seguida fazer a votação do Relatório e a votação das Contas".

Vogal Jorge Nascimento:

" Eu vou responder com muito gosto ao Dr. Mangerão. Onde estão? Eu respondo, é o exposto; não é preciso mais. É comparar, o que era Aveiro há vinte anos e o que é hoje. Dir-me-á, é crescimento natural. Pois tem que haver crescimento. Mas eu respondo-lhe e estou em sintonia com muita gente que vem de fora de Aveiro e aprecia Aveiro tal como existe, e vê-se exactamente que cresceu em todas as dimensões possíveis. Agora eu pergunto-lhe, qual foi o contributo do seu Partido, que propostas alternativas fez em termos de oposição, para que Aveiro crescesse até este ponto? Isso é a pergunta que eu lhe faço, porque a oposição também deve ser construtiva. Eu respondo-lhe, Aveiro fez, aquilo que está exposto, está à vista de toda a gente. É o que se pode ver, as urbanizações tal como existem, a intervenção social tal como existe, o equipamento tal como existe, o gosto de viver em Aveiro tal como existe. Agora eu pergunto, que iniciativa teve o seu Partido em termos de oposição, iniciativa concreta que diz assim: O meu partido disse para se fazer isto e não se fez, justificadamente".

Vogal Victor Mangerão:

" Vou dizer assim: a prova cabal e demonstrada, de que realmente há uma determinada mentalidade que não se coaduna com maiores objectivos e com uma diferença de gerir politicamente Aveiro, está na sua intervenção. Eu penso que o meu discurso foi o menos

partidário que me era possível fazer, e que por isso mesmo, só por isso, foi extremamente construtivo. O Dr. Nascimento teve de desviar a coisa logo para o lado partidário. Mas eu quero-lhe dizer em termos partidários, acho que é pedir demais que seja a oposição a dar receitas de borla a quem tem responsabilidade de governar. A isso não se chama crítica construtiva, isso chama fazer favores, e até para isso é preciso merecê-los. Finalmente, tenho a certeza que a oposição fartou-se de ajudar esta Câmara a estar à frente de Aveiro, da maneira como esteve até este momento, para o bem e para o mal; mas fartou-se de ajudar".

Vogal Raúl Martins:

" Primeiro lugar, queria-me penitenciar de não ter assistido às últimas reuniões, por motivos profissionais e sossegar algumas pessoas que julgavam que eu estava sentado à porta do mercado Municipal à espera da sua inauguração que nos tinha sido prometida pelo Sr. Presidente da Câmara para Março. Também parece que não perdi nada, e pela posição que está aqui o Sr. Salavessa acho que até fiz muito bem em não vir às reuniões. Eu não queria intervir nem gostaria de intervir sobre este assunto, e digo simplesmente, por uma razão, é por cansaço; cansaço de todos os anos se dizer as mesmas coisas. Aquilo que se está a dizer aqui hoje, já foi dito há três anos, há dois anos e o ano passado; e pouco mais fica por dizer. Isto é, há uma coisa em que este Executivo Municipal é persistente. É persistente no erro, é persistente no cinzentismo, é persistente no esquecimento daquilo que deve ser o Aveiro do futuro.

De facto Sr. Diogo Machado, a discussão deste documento, não suscita, nem poderá nunca suscitar paixões. Porque o Município tem que ser gerido com paixão, e só se fosse gerido com paixão é que podia suscitar paixões. A construção do futuro, a tentativa de estabelecer um rumo, um rumo incerto, principalmente no contexto ambiental tão mutável como o actual, suscita sempre paixões. Portanto, aquilo que o Sr. pensa que é uma vitória não suscitar paixões, é precisamente o grande problema que existe com esta gestão municipal. Um último aspecto, toda a gente sabe, os da terra e os de fora da terra, que este Executivo do CDS/PP não tem estratégia, não tem propostas, não tem o rumo, não tem uma visão para aquilo que deve ser o Município. Com este documento, nós ficamos a saber, que mesmo os objectivos conjunturais que aqui veio pedir, ou aqui veio propor para que fossem estabelecidos, nem esses, que ele próprio sugeriu, que ele próprio apontou como os seus objectivos, nem esses objectivos conjunturais consegue efectivamente cumprir. Fica-se pelos 60%. É pouco. É pouco para objectivos conjunturais. E, de facto não é possível, (com todo o respeito que eu

tenho ao Sr. Presidente da Câmara e aos membros do Executivo Camarário) não é possível deixar de olhar para esta Câmara e para este Presidente da Câmara, sem ter aquela visão do merceiro com o lápis atrás da orelha, todos os dias olha, vê que vêm menos clientes à sua loja, vê que o ambiente está a mudar e vai gerindo essa morte lenta e depois fica todo contente e apresenta grandes exposições, porque de facto, conseguiu sobreviver na sua pequena tasca por mais dois ou três dias".

Vogal Olinto Ravara:

" Sr. Presidente, caros colegas, eu gostaria de realçar aqui talvez duas, três grandes linhas que este Relatório me apraz aqui trazer. A primeira, é que eu penso que a Câmara anda a viver um bocado num mundo virtual, mundo virtual que se repete de ano para ano. Todos os anos aprovamos grandes Planos de Actividade que não suscitam grandes criticas, que inclusivamente têm tido até o meu apoio pessoal e depois vamos apresentar relatórios que condizem apenas em alguma coisa com aquilo que foi projectado. Há na verdade, uma grave discrepância que não pode ser mascarada por palavras, mas merece antes uma grande justificação, entre aquilo que foi realizado ao nível das receitas de capital, e aquilo que foram as despesas de capital. A crítica do Sr. Salavessa foi muito pertinente e precisa de ser justificada. Porque, eu admito que haja duas formas de fazer uma análise da execução material das coisas; uma é uma execução por actividade, outra é uma execução financeira. E aqui, a bota não condiz com a perdigota. E, quando não condiz, isso deve merecer no relatório uma ampla e detalhada justificação, coisa que não está feito e que eu agradecia que o Sr. presidente da Câmara se referisse a isso. Segunda grande ideia: esta Câmara está a tomar um comportamento despesista na acepção rigorosa da palavra. Porquê? Vejamos, e eu passo a ler: "Crescimento das receitas correntes 4%; crescimento das despesas correntes 16,57%; crescimento das receitas de capital 14%; crescimento das despesas de capital zero". O que é que isto quer dizer? Que é este crescimento das despesas de capital, que em vez de estar a pagar as despesas de investimento para cumprir o Plano de Actividades, estão a pagar as despesas correntes; e isto salta à vista neste Relatório. Esta é a segunda grande ideia e passo à terceira e última.

A Câmara falhou, este mandato, um dos seus grandes objectivos. E, eu digo este mandato porque já não vai fazer este ano; que é a reorganização dos Serviços. Uma das grandes apostas desde o princípio era a reorganização dos Serviços Administrativos, dos Serviços Técnicos, de toda a Casa; era pôr a Casa em ordem. Porque havia a plena consciência de quem lá trabalha, de quem dirige e dos que a

utilizam, que aquela Casa não funciona bem. Precisa de uma grande reviravolta, com responsabilidade, sabendo efectivamente, como organizar. Esta Câmara adiou esse passo decisivo para a rentabilização das suas actividades, para a rentabilização dos seus recursos humanos e, portanto, não me admira este despesismo e não me admira esta derrapagem, que existiu ao nível da execução do Plano de Actividades. Isto para mim, como diria aquele "é certinho, direitinho". E lamento, de facto, que não tenha havido coragem política de pegar nesta questão fulcral. Não é só a questão do espaço. Essa vem agravar a situação, o miolo, vem agravar o cerne da questão; que é a má organização em que neste momento se encontra a Câmara Municipal".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais, Joaquim dos Santos Abreu e Lourenço Martins dos Santos.

Vogal António Salavessa:

" O Sr. Diogo Machado disse e vou relembrar: "Embora o Sr. Salavessa não acredite na taxa de execução dos 77%". Ora, aquilo que solicito Sr. Diogo Machado, é que pegue, se é que o viu, no Plano de Actividades para este ano, este que está em análise de 1996 a páginas setenta e quatro, está inscrito dotação total do Plano - quatro milhões quatrocentos e sessenta e seis mil contos - Se a taxa de execução do Plano é de 77%, isto daria qualquer coisa como se a Câmara tivesse gasto três milhões quatrocentos e trinta e seis mil contos em despesas de investimento, em despesas de capital. E a Câmara, só gastou em despesas de capital dois milhões trezentos e sessenta e um mil, menos um milhão e tal mil contos. Como é que é possível? A não ser que estejamos aqui perante uma manipulação estatística deste tipo: há uma Câmara Municipal que tem no Orçamento da protecção civil, por exemplo, colocar nove bocas de incêndio e construir um quartel de bombeiros; constrói as nove bocas de incêndio, novecentos contos, cem contos cada uma; não constrói o quartel de bombeiros duzentos mil contos; e diz que o Plano foi cumprido em 90% porque fez nove em dez obras. Só se estivermos perante uma manobra deste tipo, porque do ponto de vista financeiro não passou dos 53%, menos 20% daquilo que diz".

Vogal Rosa Pires:

" Eu vou tentar ser o mais breve possível e creio que vou ser. Eu faço esta intervenção, porque julgo que o Sr. Diogo Machado parte de uma afirmação que é verdadeira, que os cidadãos estão mais interessados naquilo que se faz do que naquilo que se escreve, mas depois tira ilações que são profundamente erradas e que podem ser

prejudiciais a Aveiro a adoptar-se o modelo que preconiza. E, gostava à volta disso, tecer apenas três ou quatro considerações. Primeiro ponto, eu já uma vez aqui foquei e volto a dizer que há dois momentos essenciais de reflexão sobre a actividade do Município, que é a apresentação do Plano de Actividades, que é a discussão do Relatório de Actividades. São os dois grandes momentos em que eu no ano posso reflectir profundamente. E, são estes dois documentos que vão dar o quadro, no qual a decisão quotidiana do que fazer deve ir buscar referências. Portanto, se nós desvalorizamos um ou algum destes momentos de reflexão, estamos obviamente a agir mal. Isto parece-me obvio e o que se está aqui a sentir é que se está a desvalorizar esta vertente. A outra questão que se prende com esta, é como é que eu preparo as minhas decisões sobre como agir; como intervir? Como é que eu fundamento? Onde é que eu vou buscar as razões para agir de uma maneira e não de outra? E aqui há duas perspectivas. A perspectiva defendida, ainda que implicitamente, creio eu que pelo Sr. Diogo Machado, mas não apenas, é uma perspectiva que diz assim: Alguém sabe o que é que se deve fazer, alguém sabe? E depois comunicam ao cidadão. Mais ainda, isto pressupõe outra coisa, não só alguém que decide sozinho mas como alguém tem os meios para resolver sozinho. Quer dizer, alguém decide e depois mobiliza os meios para agir. Ora, isto é cada vez mais inaceitável, porque nunca os meios para agir sobre um determinado problema estão concentrados nas mãos de uma instituição. Normalmente e cada vez mais é preciso parcerias. E então há a perspectiva alternativa, que é como construir o futuro. Como é que eu construo o futuro? Como é que eu vou preparar-me para tomar decisões? E esta maneira, não pode ser de alguém que decide sozinho e diz: É disto e daquilo, vejam lá o que nós fizemos. Este é o modelo antigo, que tem obviamente que ser mudado.

Terceiro aspecto, há algum receio que venham criticas nos Relatórios, na necessidade de comunicar. Eu aqui retomo o que o Dr. Victor Mangerão disse, de facto, com uma intervenção brilhante, não pode ser este receio, eu tenho é que ver uma oportunidade, de difundir ideias sobre a gestão, sobre a orientação deste concelho; é uma oportunidade valiosíssima para dizer o que é que eu quero, o que é que eu penso sobre os assuntos. E este, das duas uma, ou as pessoas não têm as ideias e de facto têm receio que sejam só criticas, ou se têm as ideias têm o querer, querem também a oportunidade para o expor. Último ponto e para acabar, foi dito que a Assembleia Municipal é que deveria fazer chegar à comunidade Aveirense as opiniões sobre o Relatório. Eu devo dizer que esta perspectiva é muito pouco realista, atendendo à receptividade que tem na comunidade os debates que aqui se têm. Agora, se as pessoas pensam, genuinamente, que devia ser esta a tarefa da

Asssembleia Municipal, então têm que procurar activamente novas formas da Assembleia comunicar com a comunidade, aliás esta devia ser uma boa lição que nós todos retirávamos. Mas, esta nova forma de comunicar passa por olhar instrumentos tradicionais e por inovar em relação a eles. Há muitos exemplos de que os políticos e a política está a perder o "paço" infelizmente, com o querer e o sentir dos cidadãos".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente eu ia fazer uma intervenção muito curta e vou tentar na mesma que seja relativamente curta. Começamos já por tentar esclarecer o meu ilustre colega Professor Rosa Pires. Eu não disse que a Assembleia Municipal deveria informar ou deveria fazer passar essa função, que não é por nós desempenhada, mas por os órgãos de comunicação social. O que eu disse: é que o verdadeiro local da crítica política do sim ou não, do é bom ou mau ou é assim assim, é aqui. Depois alguém está cá, para fazer passar para a comunicação social aquilo que aqui se disse de bom ou de mau, fundada ou infundadamente, com bases ou sem bases, numa perspectiva construtiva ou numa perspectiva destrutiva. E, assim, é que eu penso que a vida política ou que a democracia se exerce na sua plenitude; é assim que eu penso. Agora, quanto ao decidir sozinho, é evidente, que aqui ninguém pede a ninguém nem exige a ninguém que decida sozinho. O Dr. Mangerão, seu colega de bancada, acabou de dizer nesta Assembleia, que tem consciência das ajudas com que os Vereadores do PSD contribuíram para a acção que o Executivo Municipal tem desenvolvido. E eu concordo. Eu próprio nesta Assembleia, já ressalttei essas mesmas ajudas. É verdade sim senhor. Ninguém está a decidir sozinho. Simplesmente, há pessoas que foram eleitas para um sítio, há outras pessoas que foram eleitas para outro. No Executivo, tem que se pensar e tem que se agir, obviamente, congregando as opiniões representadas nesse mesmo Executivo, venham de que quadrantes vierem, procurando consensualidades, que essas sim, são importantes para o desenvolvimento e para a evolução deste concelho. E, obviamente, que aqui nesta Assembleia Municipal, a nossa missão, o papel para que nós fomos eleitos é exactamente criticar, positivamente, aquilo que é feito pelo Executivo.

Criticar é também dizer bem, como sabe, não é só dizer mal. Mas, pode-se dizer bem mal dito e pode-se dizer mal bem dito, também como sabe. O nosso papel é este. E, aqui também nesta Assembleia, como o Sr. Professor bem sabe, e o Sr. Professor apraz-me até registar, é um dos expoentes dessa consensualidade aqui até nesta Assembleia, como há outros até na sua bancada e na nossa e na do PS etc., e às vezes na bancada CDU. Como o Senhor Professor bem sabe, nesta Assembleia

também se procuram consensos, também se procura dar sugestões a quem tem que decidir e executar, também se procura alertar para linhas de rumo, como os senhores tantas vezes falam, que se calhar deveriam ser seguidas, e que muitas das vezes eu também não me ponho de parte delas, como também está em actas. Aquilo que eu disse: é que não me caía bem a mim, que neste Relatório estivesse, a mim como opinião pessoal, que neste Relatório estivesse uma apreciação crítica àquilo que consta neste Relatório como obra. Não me caía bem a mim e penso, que também não cairia bem aos senhores. Num Plano de Actividades, definir fortes linhas de rumo, sim senhor. Agora, as nossas opiniões divergem quando os Senhores acham que nos Planos de Actividades não há linhas de rumo e eu acho que há, mas aí são opiniões inconciliáveis, penso eu. O que podemos fazer, é então procurar os tais consensos, para que, das vossas sugestões, das nossas e daquilo que são as linhas de rumo, se possa criar um Aveiro melhor, como tantas vezes o Sr. Professor aqui tem dito.

Eu gostava também de dizer a quem aqui disse, que um Executivo tem que ser gerido com paixão, sim senhor, é verdade que um Executivo tem que ser gerido com paixão. E as paixões se não forem perseguidas, se por elas não se lutar, se por elas não se tiver a consistência necessária de anos, se calhar, talvez até como dizia o poeta, transformando a paixão no amor, que realmente é o sentimento digno e condigno e verdadeiro; que as paixões são efémeras? As paixões são efémeras. O amor é um sentimento que dura, digo eu. Quando aqui se disse que um Executivo Municipal, tem que ser gerido com paixão, aquilo que eu digo é que o Executivo, tem sim senhor, que ser gerido com paixão, mas também com sabedoria para saber transformá-la e acalmá-la, quando essa paixão resvala para âmbitos que não são os âmbitos da evolução. Senão veja-se, saltando de escala, a um nível maior, mais alto, de Poder Central, de Governo, o que é que foram feito das paixões do Governo? E duas, havia duas, Regionalização e Educação. É por isso que eu digo: um Executivo tem que ser gerido com amor e não com a paixão, porque as paixões são efémeras. E as contas de merceeiro com o lápis atrás da orelha, também se fazem no Executivo, também sim senhor. Eu faço-as em minha casa, todos nós fazemos. Também se fazem no Executivo. Elas não dizem de maneira nenhuma, elas não traduzem de maneira alguma, que haja menos paixão, menos amor, menos orgulho naquilo que se faz por mais que se diga que não.

Gostaria também e para terminar, apenas de fazer um pequeno contraste entre uma frase que eu aqui ouvi na última reunião desta Assembleia, até proferida pelo Dr. Mangerão, que eu também prezo enquanto meu colega desta Assembleia, com opiniões que todos

nós também prezamos, e digam lá se isto não é procura de consensos, que foi o seguinte: pela primeira vez, eu vi nesta Assembleia o Dr. Mangerão, numa das suas intervenções naturalmente empolgadas, com paixão, mas não efémeras, espero eu, elogiar o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, pela brilhante, (palavras suas) prestação num programa, designadamente no programa "Viva a Liberdade", em que disse o Dr. Mangerão e eu subscrevo a 100%, que viu os interesses de Aveiro na boca do Sr. Presidente da Câmara Municipal, claramente defendidos, explicitados, atirados para os olhos de milhões de portugueses. E digam lá, que isto também não é perseguir aquilo que se entende para Aveiro como linhas de rumo".

Vogal Raúl Martins:

" Só para dizer ao Sr. Diogo Machado que confunde um bocado o português. Uma coisa é gerir com paixão, outra coisa é gerir com compaixão".

Presidente da Câmara:

" Sr. Presidente, muito obrigado, vou ser sucinto, no fundo muitas das questões levantadas foram repetidas, vou tentar portanto dar a resposta que as questões merecem. Permitam-me, que diga que há aqui qualquer confusão, quando se fala da estratégia e da falta de estratégia no Relatório. Este Relatório não tem que apresentar um estratégia, quando muito, poderia ter que se lamentar, ou fazer uma crítica ou autocrítica daquilo que enfim, não foi possível fazer, ou não foi possível atingir, ou fomos incapazes de o conseguir. Porque é um documento que não serve apenas como um documento político, mas é um documento, para que todos observem e vejam a obra que se fez. Portanto, das duas uma, ou eu trago meia dúzia de folhas com um relatório político e falando da forma como correu a gestão, com a tal informação política do que se fala no País e à volta de Aveiro e, naturalmente, não vou ao pormenor como aqui se chega neste Relatório, ou então, tenho que fazer um Relatório que corresponda a um Plano de Actividades. E, a minha preocupação, com o respeito que merece esta Assembleia, é trazer um documento que possa dizer claramente que aquela acção foi feita, ou não foi feita, ou atingiu-se ou não se atingiu. É esta a preocupação que a Câmara teve. É a apresentação de um Relatório, na sequência de um Plano de Actividades, com o qual está relacionado. Fazer um Relatório diferente, podia ser melhor, mas afastado do seu relacionamento com o Plano de Actividades, seria esconder, seria ser cinzento. Aqui não há cinzentismo. Há um documento, fomos ao pormenor, recolocámos neste documento para facilitar a consulta e a apreciação, o Plano de

Actividades e à frente de cada rubrica dizemos: fizemos, não fizemos, não foi possível, para que haja uma avaliação correcta. Ora bem, a estratégia no meu entender, se houvesse necessidade de a colocar neste Relatório, também consta das primeiras páginas, da página sete. Quais foram as nossas preocupações, quais foram as estratégias principais, aliás, elas são a cópia do Plano de Actividades, a referência ao que está no Plano de Actividades e na página sete, temos neste Relatório a retrospectiva e a referência àquilo que nos propusemos no Plano de Actividades. Portanto, aí sim, pode ser feito um paralelo a partir da página sete, com a estratégia que colocámos. Não sei mesmo que outra estratégia deveria colocar. Era a regionalização, eram os problemas só de gestão à volta da Ria, era motivação aos Municípios que constituem a Associação de Municípios da Ria para outros fins, bom, isso faz parte no meu entender como Plano de Actividades. Não terá sido feito no Plano anterior? Bom, é sempre possível fazer. Neste caso concreto nós estamos a dar resposta a propostas que nos propusemos realizar durante o ano de 1996.

Também não foram muito diferentes as despesas de capital das despesas correntes. Note que para esse efeito, nós fizemos a cobertura da verba de trezentos e quarenta e um mil contos de receitas correntes e investimo-las nas de capital. Portanto, encontramos a solução para este problema. Agora, a percentagem que aqui foi mencionada em termos de execução financeira e em termos de execução de plano, é em termos de Plano, uma percentagem que é apresentada por acções. São as acções que constam do Plano de Actividades. Elas encontram-se inscritas e estão classificadas, portanto, nós analisamos e conseguimos para pôr em prática, as acções A, B, C e D, conforme está referido. Não há aqui possibilidade de maior rigor. Esta é a conduta a que somos obrigados em termos da forma de gerir e de apresentar, no meu entender, o Plano. A taxa de execução naturalmente que conta apenas com que foi efectivamente pago e fez-se obra que não foi efectivamente paga. Por isso, ela também não corresponde, e esta é a nossa contabilidade àquilo que se executou. Basta não terem sido recebidas verbas, com que contávamos de receitas extraordinárias, ou de venda de edifícios, de venda de terrenos, para que a diferença prevista seja acentuada. E, eu posso recordar, em termos por exemplo das receitas de capital, para justificar, de facto, o não se ter atingido uma percentagem elevada nas receitas de capital, tudo deriva da falta de participação.

Por exemplo, em venda de terrenos, prevíamos um milhão novecentos e vinte e quatro mil, claro que nós não recebemos uma fatia ainda do Cojo que pensávamos receber, não chegámos a vender os

terrenos de S. Jacinto, não chegámos a vender os terrenos de Azurva, os terrenos do mercado Abastecedor e outros terrenos que vão atingir de facto esta diferença. Nós preparávamos fazer isso no Plano de Actividades, era uma proposta concreta. Também não chegámos a vender as lojas de Santiago, que avaliámos na altura de Plano, em trezentos mil contos, nem chegámos a fazer a verba de cinquenta mil que não é tão grande, na venda da habitação. E aí está uma das diferenças que contribui para uma menor entrada de receitas de capital. Mas também tínhamos previsto e é lógico que se tinha previsto, porque se o não prevíssemos, podia ter acontecido haver uma comparticipação e então, não tínhamos direito a ela, nas receitas extraordinárias de várias obras, que constavam da página setenta e nove do Plano de Actividades, em que prevíamos um milhão e quinhentos mil contos, em comparticipações diversas, mas elas não ocorreram. Recebemos apenas setecentos e catorze mil contos de receitas, o que atingiu os 50%. Também constam no Plano de Actividades, em termos de avaliação da execução, estão classificadas nas despesas correntes, verbas que naturalmente não é fácil perceber, por exemplo, as verbas definidas para custos de trabalhos de planeamento, dos transportes escolares, da limpeza, e isso faz alteração também que aqui foi referida. Ora bem, nós recebemos menos seiscentos mil contos, de duzentos e oitenta mil contos de obra feita e que não recebemos as comparticipações necessárias, recebemos menos em termos da receita extraordinária concreta os oitocentos e vinte e sete mil contos que faziam parte da lista de obras, que não foram executadas por falta de transferências. E são estas as razões. Terá havido algum empolamento no Plano de Actividades, é possível. Mas, a expectativa era conseguirmos esta situação.

Foram feitas aqui imensas referências de carácter político, mereceram naturalmente como é lógico, a minha atenção, é o local próprio para que elas se façam, são as tais críticas, serão negativas, serão até positivas, mas também não quereria deixar de dar uma resposta à questão que aqui foi levantada e considerada como um acto politiquero que é a exposição dos vinte anos do Poder Local. Eu não sei se ela foi muito bonita, se foi a melhor, se foi a pior, não está isso em causa. Que os serviços da Câmara Municipal tiveram o cuidado de corresponder a uma iniciativa lançada pela Associação de Municípios Portugueses, para comemorar os vinte anos de Poder Local é um facto. Que se apresentou, no meu entender, no meu gosto pessoal, uma exposição bonita e que a representatividade tanto em termos da comemoração deste acto, que decidimos comemorar, podíamos não ter participado na EXPONOR, também foi considerada como válida, eu não queria aceitar que ficasse aqui a ideia que é da minha parte. É trabalho

de pessoal, é trabalho de técnicos, é trabalho de todos os Vereadores, não há um acto de eleitoralista, não há um acto de protagonismo pessoal, porque como sabem e sou acusado aqui permanentemente, não sou um homem de protagonismos fáceis. É um facto, é um defeito se calhar. Portanto, eu fico com muita complicação de entendimento quando me dizem, de um lado, não há chama viva, do outro lado, está a fazer aqui, enfim, algumas coisas politigueiras. Não é essa a minha missão. A minha missão é de facto corresponder aos interesses do Município, é natural e quem passou pela Câmara Municipal sabe que o tempo corre, não é fácil corresponder mesmo àquilo que queremos fazer, é complicado, muito complicado. É a população que chama por nós permanentemente e quando damos conta, isto é muito sinceramente, o tempo está decorrido.

O documento que aqui trago é obra feita, não há aqui nem a mais nem a menos, pode haver um erro na exposição, pode não ter sido melhor. Julgo que ainda vamos ter oportunidade neste mandato, há um atraso, foi aqui criticado e é um facto, relativamente ao compromisso assumido no Plano de Actividades sobre a reorganização dos serviços. Eu estou convencido, que mesmo com o atraso verificado ainda vai ser possível trazer a esta Assembleia o Organigrama. Foi aqui feita uma referência para explicar as Festas da Cidade. As Festas da Cidade, não podem ser iguais às outras Festas, com certeza. Eu penso que se a Câmara não quisesse ter aqui o desfile das "Entradas Régias" tinha dito que não. Só vieram para cá porque a Câmara concordou em colaborar e em participar e, que são portanto, algumas despesas que até nem estariam previstas, mas que temos, enfim, que dar a sua cobertura. As Festas da Cidade são tradicionais, não será totalmente, mas tem uma parte, algumas acções que são tradicionais. Vamos desvirtua-las de um momento para o outro? Não, vamos lá ver. Melhorá-las aceito. Aceita-se a crítica e sabemos que temos necessidade de as melhorar, porque aquilo que foi aqui sempre dito, sentindo portanto, o que são as festas da nossa Cidade, no segundo ano de eu estar na Câmara Municipal e ter o Pelouro da Cultura, telefonou-me uma televisão, perguntando-me quais eram os dias importantes e mais festivos das Festas da Cidade e eu senti exactamente isso, eu não sei quais são. Se queremos Festas que sejam capazes de atrair, temos todos que nos envolver nelas e não ficarmos à espera que seja a Câmara a fazê-las".

Vogal Victor Silva:

" Naturalmente que eu já contava que o Sr. Salavessa levantasse este problema, aliás, esta questão é uma questão que anda a custar a engolir desde que foi criado, portanto reconheço que tenha dificuldade em aceitar esta situação, mas estando o Senhor no partido em

que está e eu estando onde estou, tenho a certeza que estou correcto em o ter feito. Se fosse hoje, teria feito exactamente a mesma coisa. Quanto às contas, pedia ao Sr. Tenente-Coronel que as apresentasse".

Entretanto, saiu da sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Tenente-Coronel Albuquerque Pinto:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso estar de acordo com as contas apresentadas pelo Sr. Salavessa. Não estou porque as contas que estão espelhadas no Relatório foram construídas com base nos documentos que me passam e nas quais eu ponho o visto. E, portanto, as despesas com a SUMA são as que estão espelhadas na página cento e noventa e nove do Relatório e mais nenhuma. E vamos ver: vamos admitir por momentos, que a Câmara em 1996 estava sozinha no terreno e não tinha feito qualquer adjudicação da prestação deste serviço e nessas circunstâncias, a Câmara, dado o aumento de quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhidos, teria gasto cerca de dezanove mil contos, porque o acréscimo de resíduos sólidos em 1996 foi, Sr. Salavessa, de duzentas e trinta e quatro toneladas por mês. Faça as contas a quatro contos e quinhentos cada tonelada e, portanto, aí terá o valor acrescido do trabalho a mais. Por outro lado, temos aí mil e seiscentos contos de despesa registada na coluna um, relativo a um aumento de capacidade de recolha de quinhentos e noventa e seis mil setecentos e cinquenta litros. Eu devo dizer, a título de curiosidade, que neste momento em 1997, em Maio, esse número já subiu para setecentos e vinte e nove mil oitocentos e noventa litros. Portanto, a Cidade está a crescer, as necessidades estão a aumentar. Na alínea d) da coluna um, temos uma verba de cento e quarenta contos, que não se fazia, se a Câmara estivesse sozinha tinha de a fazer também, que é relativo à recolha de sobrenadantes nos canais principais da Cidade, o que é uma necessidade. Ainda na alínea e) está espelhada uma verba de novecentos e noventa e sete mil contos, novecentos e noventa e sete contos que são a varredura diária a mais que não se fazia no passado, nas zonas do Griné, do Caião, da Bela Vista, de Mataduchos, de Taboeira, de Vila Verde, portanto, são zonas que não eram batidas no passado e que hoje, são-no pelo menos duas ou três vezes por semana. Agora vamos ver a coluna dois, admitindo que o trabalho é relativo também em 1996 e que foi executado pela Câmara mais a SUMA, porque neste momento assim é. Pagamos à SUMA vinte e um mil quatrocentos e setenta e oito contos de recolha de resíduos sólidos urbanos, de acréscimo de equipamento, de varredura no centro da Cidade, de limpeza de mercados e limpeza de canais. Recebemos da SUMA cerca de três mil contos como já foi aqui

dito hoje e mantemos uma despesa de cerca de três mil novecentos e noventa contos, relativa a pessoal restante da Câmara, que faz o seu trabalho a mais nas zonas do Griné, nas zonas da Urbanização da Forca-Vouga, na Urbanização Sá-Barrocas e nas zonas que eu há bocado indiquei. Isto dá vinte e três mil setecentos e oitenta e nove contos, mas sem mais um tostão porque são médias sem IVA, são médias das facturas que passaram pela minha mão, sem IVA. Isto dá um diferencial de novecentos e dezanove contos. A Câmara gasta a mais novecentos e dezanove contos que são perfeitamente compensados, pelo trabalho a mais, que se apresenta na limpeza espelhado numa sondagem com 85% do agrado dos cidadãos. A Câmara tinha nos seus efectivos, quarenta e duas pessoas, hoje a SUMA envolve sozinha cinquenta pessoas, portanto, mais oito pessoas do que a Câmara dispunha. Isto dá mais mil contos por mês que anula perfeitamente aquela verba. Além disso, a SUMA fez um investimento de meio milhão de contos em equipamento, em viaturas e em instalações que a Câmara teria que fazer também mais tarde ou mais cedo, porque o equipamento que a Câmara dispunha estava arruinado. Daqui a sete anos, no final do contrato, a SUMA, já não tem também este equipamento, tem que voltar a investir no mínimo duzentos e cinquenta ou trezentos mil contos. É evidente que, comparado com os preços de 1993 e 1994 que o Sr. Deputado aponta, teve que se entrar também com a inflação e com o trabalho a mais. Portanto, em conclusão: há mais trabalho, há uma área superior batida pelos serviços do ambiente, há mais eficácia, há mais melhoria. E há outra coisa que o seu partido gosta muito, Sr. Salavessa, há a criação de mais trinta um postos de trabalho".

Entretanto, saíram da sala os Vogais, João Alberto Simões Barbosa e Manuel Rodrigues Simões.

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa Interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 22:00 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho, em substituição do titular do cargo, e com os Vogais, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Lourenço Martins dos Santos, Raúl Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir foram retomados os trabalhos:

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda bem que há quórum, porque isto era uma tristeza se agora depois das objecções sobre o jantar, acabasse por não haver quórum. Tudo está bem quando acaba bem, como se costuma dizer. Se outra virtude não tivesse, este debate teria servido, pelo menos, para esclarecer que quando se fala em 77% de execução do Plano de Actividades, o que a Câmara diz, de facto, é que se trata da taxa de execução por acções e não por volume de execução. Portanto, tem razão, aquela imagem das bocas de incêndio e do quartel de bombeiros. De facto, quando se faz uma apreciação por acções, cai-se nesse tipo de apreciação. Agora, o que ninguém desmente, porque corresponde de facto à realidade, é que a taxa de execução financeira do Plano de actividades é de 53%. Pode o Sr. Presidente argumentar com a falta de participação de algumas obras que foram executadas, entretanto, eu tenho que lembrar que não é um fenómeno novo, não é uma questão deste ano, já o ano passado se argumentou da mesma

maneira. Há sempre uma pequena parte de obras que são de facto realizadas, cuja participação financeira não entra. Ora, nós estamos a tratar, de facto, de comparar a realidade deste ano com a realidade do ano passado na base dos números que nos são apresentados. E é aqui a chave da terceira questão. Nós estamos a falar de acordo com os números que nos são apresentados e os números que nos são apresentados estão no Relatório de Contas de 1996, no Relatório de Contas de 1995 e assim sucessivamente. Os papéis ou as contas que passam pela mesa ou a secretária do Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto, pouco me interessam. Até podem passar por lá papéis que garantem que é o sol que gira à volta da terra, não me interessa nada. Aquilo que interessa a esta Assembleia são os números que estão neste Relatório e são os números que estão neste Relatório, que nos dizem que há um aumento de cento e sessenta mil contos nas despesas correntes do sector de saneamento e salubridade. Há um aumento de cento e sessenta mil contos entre o ano passado e este ano. Há um aumento de 100% entre o ano passado e este ano e que é entre o ano passado e este ano, aquilo que há de diferente é a concessão a privados do sistema de limpeza de parte do concelho de Aveiro. Portanto, esse serviço significou para o Município a duplicação das despesas correntes da área e que portanto em vez dos cento e sessenta mil contos de agravamento, tivesse havido um agravamento assumido pela Câmara de cinquenta, sessenta, setenta mil contos, sobraria o suficiente para em dez anos construir de raiz, um novo Paços do Concelho. Esta é que é a questão e é incontornada. O Sr. Vereador, trouxe-nos aqui números que apontam alguma justificação de agravamento em cerca de quarenta mil contos. Não é de quarenta mil contos que estamos a tratar, é de cento e sessenta mil contos. Com cento e sessenta mil contos a mais, a SUMA ou quem quer que fosse, não tratava só dos sobrenadantes, tratava de ver, inclusive, se a frota da NATO está ou não, escondida nas águas da Ria"

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais, José Maria Dias da Silva e Manuel Rodrigues Simões.

Vogal Filipe Brandão:

"Também serei particularmente breve até, porquanto, o principal da minha intervenção está feita, com a intervenção de há pouco. Porém, não poderia deixar de solicitar esclarecimentos à Câmara, relativamente desde logo, a uma questão que se prende com as transferências para as Juntas de Freguesia, designadamente com um caso concreto. Gostaria de saber, porquanto não se trata neste caso particular, de um movimento isolado, portanto, já é o segundo ano, pelo

menos, não tive oportunidade de confrontar com anos anteriores, refiro-me concretamente às transferências de verbas para a Freguesia de St^a Joana por comparação com as demais. E, eu permito-me fazer uma comparação com outra Freguesia, e eu estou completamente à vontade porque são ambas do PSD, portanto, não há qualquer intuito que não, precisamente, o clarificar as estratégias e as intenções da Câmara, que é comparar Eixo com St^a Joana. São Freguesias que nos verificamos que ao nível do FEF (portanto os critérios que presidem ao FEF), Eixo recebe cerca de quinhentos contos a mais que St^a Joana, e nós chegamos a um final do ano, em que se transferem para Eixo cinco mil duzentos e quinze contos, enquanto para St^a Joana cinquenta e oito mil cento e setenta e cinco contos. Ora, como da leitura dessa acta não vejo qualquer explicação nesse sentido, eu gostaria de neste lugar e neste momento ela fosse finalmente aventada. Finalmente, uma questão que eu acho de alguma curiosidade, e há pouco conversava com várias pessoas desta Assembleia, até de diversas bancadas e nenhuma me soube responder e é uma questão que eu já estava para colocar há alguns tempos. O Relatório de Actividades, pretende traduzir a actividade da Câmara durante um ano. Ora, há um ponto curioso em que, todos nós sabemos que existe, mas nunca vemos no Relatório de Actividades. E, eu refiro-me concretamente, às viagens dos Vereadores, designadamente às viagens ao estrangeiro, que todos nós sabemos que elas existem, todos nós nos interrogamos ciclicamente sobre qual o seu propósito e sobre qual a sua motivação. E, confrontando com o Relatório de Actividades, primeiro não vemos a ocorrência de nenhuma, e como tal, fica prejudicada a razão de ser dessas viagens, porque, de facto, se não é no Relatório de Actividades do ano, gostaria de saber, o que é que se fez nesse sentido, qual a justificação, qual o cabimento orçamental, enfim, o porquê pura e simplesmente desse ponto ou, pelo menos que me fosse explicado, se não neste documento, em qualquer outro documento é que podemos ter conhecimento, não só do teor, como também da motivação".

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, sobre a execução do Orçamento, parece ter-se instalado uma querela. Não há dúvida nenhuma que o Executivo através do Sr. Presidente veio dizer que 77% do Plano de Actividades foram executados e do lado da oposição há quem diga que 53%. A meu ver, este dado até é difícil de apurar. Se realmente se avaliar isto pelo número de acções concretizadas, nós o que verificamos é, pelo Relatório, que haviam um número de obras planificadas e houve um número quase igualado nas executadas. E então, eu até me atreveria a dizer que temos tendencialmente 100% de execução. Mas, há quem diga, porque o

Relatório também aponta para isso que, comparando os números do provisional, isto é, do orçamentado e o quantitativo dos gastos, então tirando essa percentagem, será de 53%. Mas, isto é uma dúvida que eu tenho, que eu de certo modo já aplanei, que é esta: eu penso ter ouvido o Sr. Presidente dizer aqui que, obras planeadas foram executadas e, portanto tiveram concretização, mas não têm expressão ao nível contabilístico, porquê? Pela simples razão de há data do fecho do ano não terem ainda sido pagas. Portanto, penso eu, que é imperativo para uma análise correcta desta situação, avaliar-se as obras que estavam feitas, isto é planeadas e concretizadas, e não contabilizadas. Porque só assim, crescendo o valor das obras feitas e não registadas em quantitativo financeiro, é que se poderá avaliar. Portanto, há aqui um dado, que realmente não é conhecido e o Sr. Presidente já disse. E, é mais fácil, numa gestão criteriosa, dinâmica no interesse municipal que haja obras feitas e não pagas do que obras pagas e não feitas. Isso é uma coisa obvia, é quase uma verdade "la paliciana" e isso é saudável até. Portanto, eu sou mais levado a acreditar que realmente haja obras feitas. A tese das obras efectuadas e não registadas financeiramente do que obras financeiramente registadas e não realizadas ao nível prático, porquê? Porque como é sabido e é próprio dos entes Municipais, pagam com um relativo atraso, portanto, importará concretizar isso para se ver se realmente assim é ou não.

Quanto à questão da SUMA, também eu noto, quer dizer, nota-se aqui que realmente houve um acréscimo de custo, mas também eu noto e isso saudavelmente que houve um acréscimo de qualidade. Eu não tenho procuração da SUMA nem conheço ninguém da SUMA, devo dizer, o que se nota, realmente, é que houve uma melhoria qualitativa do serviço, o que implicará, necessariamente um aumento de custos. Mas, o Sr. Coronel disse e muito bem, segundo eu entendi, que realmente, não se contabiliza nisto e se fosse uma empresa contabilizar-se-ia, que é o custo do equipamento todo modernizado ao serviço municipal. E esse custo ascendia (fácil de compreender que assim seja), a muitos milhares de contos, não sei a dimensão disso, mas seguramente muito. E esse custo, teria que ser suportado por um serviço de equivalente categoria pela Câmara, se fosse ela a fazer o seu serviço. Portanto, quando aqui se compara custo de serviço pago pelo Município, pelo Orçamento anterior, e custo de serviço pago neste ano em prestações à SUMA, faltará aqui um dado, que é, pelo menos, seria a amortização do equipamento que a Câmara teria que comprar, amortização que se faz segundo os critérios contabilísticos, em cerca de 20%. Isto é, equipamento que não dura mais (e que me corrija um distinto economista) que cinco anos e, portanto, se crescer a esse custo 20% do custo de equipamento, nós verificamos que

se calhar já a diferença não é tão grande, ou se calhar se aproximará. E evidentemente, há que quantificar também por critérios plausíveis, quanto custa, qual é o benefício da melhoria do serviço. Quer dizer, esse também não é um dado muito seguro. É uma teoria muito simplista, vir dizer assim: No ano passado estava orçamentado, foi despendido X, despendido e sujo. Eu direi agora, custou tanto e limpo. Importa avaliar quanto custa o limpo. É o dado qualitativo a trazer e mais a amortização. Portanto, não é seguro, as contas tal como foram aqui apresentadas são demasiadamente simplistas. E eu digo, com o acréscimo de custo, eu que não tenho interesse nenhum na SUMA, nem poderia ter, evidentemente, mas noto que realmente é um serviço que vem sendo bem prestado".

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas uma questão que é o seguinte: lê-se nos documentos da Câmara que houve, em matéria de taxas do urbanismo, menos cento e oitenta e um mil contos que o previsto. Eu, julgo saber ou recordar-me, recorrendo um pouco aos escaurinhos da memória, que a última revisão de taxas e licenças que fizemos no seio desta Assembleia Municipal data de 1991. Ora, na altura, aliás foi a Câmara anterior e a Assembleia anterior, na altura dizia, pretendeu-se introduzir um factor, segundo o qual, ano a ano, as taxas seriam actualizadas. Acontece que decorreram seis anos sem qualquer actualização de taxas. Julgo saber e a Câmara sabe melhor do que eu, que há taxas que eventualmente estão a ser cobradas que não têm classificação, na medida em que, posteriormente a vida evoluiu, novas solicitações surgiram, novas vivências apareceram e novas competências foram atribuídas às Câmaras, e a Câmara de Aveiro não tem tipificado alguma dessas situações. Apesar disso a Câmara recorre ao mecanismo de aplicar a célebre rubrica "Outras". E com essas "Outras" vai cobrando importâncias ridículas por serviços prestados. Em contrapartida há situações em que, a Câmara, o caso de feiras e mercados, o caso da fábrica Campos, enfim, um desenvolvimento e um crescimento naturais que surgiram, a Câmara nesse contexto viu-se obrigada a cobrar aquilo a que se chama tarifas, sem qualquer enquadramento jurídico, e com um desrespeito grave perante esta Assembleia Municipal e, numa atitude abusiva perante os cidadãos.

No que concerne às taxas de urbanismo, a Câmara assustou-se com um debate que se travou no seio desta Assembleia, a Assembleia não lhe aprovou "ipsis verbis", o regulamento que aqui quis propor em determinado dia, e a Câmara recuou, levou o texto e nunca mais teve o arrojo de vir aqui trazê-lo. Pois, se foi assim o pensamento, fez muito mal, porque não é assim que se gere os destinos do Município.

Acho que o Executivo deve enfrentar os desafios, quer eles se coloquem no seio desta Assembleia, quer se coloquem no terreno ou nas freguesias. Gerir, significa, precisamente, ter a coragem de enfrentar as dificuldades e de procurar convencer os outros, neste caso nós oposição, de que há que procurar consensos e poderíamos ter muito bem consensualizado uma taxa de urbanismo. Se não se conseguiu, a culpa não foi da oposição, foi do Executivo e da bancada que o apoia. A consensualização era necessária, e a Câmara ao nunca mais aparecer aqui, fez perder ao Município de Aveiro, muitos milhares de contos. E mais, agora que estamos numa recta final a caminho de novas eleições, vão-me dizer: quem é que tem coragem de actualizar as taxas e licenças? Quem é que tem coragem de apresentar um novo regulamento em matéria de urbanismo. Pois, eu que não sou defensor, obviamente, do aumento indiscriminado das taxas a aplicar aos cidadãos, mas sendo nós responsáveis, temos de convir que, não é aceitável que se venha dizer num relatório destes, que há um défice de milhares de contos, em matéria de taxas de urbanismo. E se fossemos a calcular outras taxas, claro que o défice seria também bastante grande, muito embora se reconheça que noutros serviços prestados o montante não costuma roçar números tão elevados. É claro que, deste modo, nunca o Município de Aveiro terá coragem de avançar com a construção de raiz, de um edifício onde os serviços técnicos e os serviços administrativos funcionem. E é pena que andemos aqui há anos e anos, a recorrer a escolas que eram do Estado em sentido lato; anos e anos, a recorrer à aquisição de cerâmicas com negócios sem futuro; anos e anos, a alugar pequenos estabelecimentos, pequenos escritórios para instalar serviços técnicos.

Há dias dizia-me um Vereador que tem pena que a Galeria Cultural não tenha lá os Arquitectos e os Engenheiros a trabalhar. Claro que eu compreendo o desabafo, não é no sentido, não interpreto isso, faço essa justiça à pessoa em causa, de ser uma agressão à Cultura, não era nesse sentido que eu quero dizer, mas era, pela falta de espaços. Quando ao fim e ao cabo a Câmara podia construir um prédio vulgar, linear, que tivesse instalados os técnicos e os administrativos, etc., a funcionar com dignidade, muito embora sem luxo nenhum. Prefere-se agora, andar a negociar mais uma vez quartéis usados, onde eventualmente ficarão mal instalados os serviços, que não são adequados. E, mesmo quando se inventou, quando se arranjou uma solução rápida para os Serviços Municipalizados, para a parte Administrativa, não deixo de registar e disse-o na altura, repito aqui, que foi uma solução que não é a melhor, até porque na altura sabíamos que não havia sequer condições técnicas, em termos de pé, para a instalação de algum serviço. Isto é, mesmo aí, andou a comprar-se a

outrem uma coisa que se devia ter construído de propósito para os Serviços Municipalizados. Não quero alongar-me, quero deixar esta nota: é curioso e é nítido, é evidente, que a Câmara continua a navegar à vista. Não tem rasgo, não tem horizonte, não tem perspectivas e obviamente que, esta situação está a reclamar que os Aveirenses tomem uma posição de fundo nesta medida".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, permita-me que faça um comentário a algumas declarações que têm aqui sido feitas, e que me sinta satisfeito, nomeadamente, por uma ideia comum que passou aqui pelas bancadas todas, nomeadamente da oposição, e que veio ao encontro daquilo que o PSD preconiza há muitos anos para Aveiro, a construção de um edifício de raiz para todos os serviços técnicos. Esta é uma bandeira nossa de há vários anos, é preciso assumi-la com coragem, os nossos Vereadores têm-na defendido, os membros desta Assembleia do PSD têm-na defendido, defendem-na com coragem, em todos os locais onde são chamados a pronunciarem-se sobre esta questão. Efectivamente, o funcionamento hoje dos Serviços, com todos os problemas que cria a quem têm que os executar, os edifícios que a eles estão destinados não se coadunam com os tempos de hoje, e é preciso rapidamente resolver este problema e para tal, é preciso ter coragem para o resolver.

Quanto ao Relatório, depois dos muitos comentários que aqui foram feitos, permito-me só citar aqui uma coisa que para mim tem suma importância. O Sr. Presidente disse que os Relatórios tinham melhorado exponencialmente, nomeadamente nos três últimos anos. Eu fico contente por ouvir isso, porque isso é uma crítica implícita ao anterior Presidente da Câmara e significa que nós tínhamos razão quando criticávamos os Relatórios apresentados pelo Senhor ex-presidente da Câmara. Portanto Sr. Professor Celso, cumprimentamo-lo por essa verdade que se atreveu aqui a referir, se calhar sem pensar. Depois deixem-me dizer, há aqui gráficos, meus senhores o documento é bonito, evoluiu no bom sentido, mas francamente, ver aqui um gráfico que pretende dizer-nos quantos requerimentos entraram na Câmara, isso tem algum interesse para nós meus senhores? Não seria muito mais importante, que por exemplo, os Serviços Municipais e o Executivo Municipal (se respeitassem as Freguesias rurais como deve ser), se dessem ao trabalho de elaborar um gráfico com um mapa comparativo dos impostos produzidos na periferia e da proporcionalidade dos investimentos desses mesmos impostos, nessa mesma periferia, por comparação com a Cidade? Não seria muito mais importante para todos nós, para avaliarmos dessa justeza? Depois meus senhores, referindo

aqui o mapa da página trinta e nove, para ser muito rápido, este mapa é o reflexo daquilo que eu ando a dizer há montes de anos. É aqui onde se vê a discriminação de umas Freguesias em favor das outras. E eu não preciso de dizer nada. Os senhores façam o favor de ler este mapa e vejam, quem é quem neste mapa.

Por último, quando alguém elogiava à pouco a Câmara, pela abertura, pelas transferências (que também terá o seu mérito), pelos contratos-programa, pelas delegações de competência, é verdade que a Câmara também tem mérito, mas não nos esqueçamos meus senhores, isso é uma conquista dos longos anos de luta das Juntas de Freguesia. Não é mérito da Câmara inteiramente. É muito mais mérito da luta das Juntas de Freguesia, do que abertura da Câmara Municipal".

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel Cepeda Mangerão.

Vogal Raúl Martins:

" Em primeiro lugar era para agradecer a referência elogiosa do Sr. Dr. Nascimento e já agora para comentar um pouco do seu discurso. Também o considero um óptimo advogado, quando começa a falar de números, é que as coisas se complicam. O que se passa é o seguinte: quis o Dr. Nascimento, utilizando um sofisma, dizer que a Câmara realizou 73% das obras porque as realizou e ficou a dever. Foi um pouco esse o argumento utilizado. Como é óbvio, Sr. Dr. eu lembro-lhe que, obviamente, muitas das despesas que aqui estão, também são das obras não realizadas este ano, mas realizadas no ano anterior. O Sr. Dr. apenas teria razão se existisse uma diferença entre os débitos no final do ano de 1996 e os débitos no final do ano de 1995. Certamente não constatou essa diferença, mas essa diferença não é efectivamente apreciável. De facto, o que está aqui em causa é, que é posto no mesmo Plano, a colocação de três paralelos e a feitura de uma ponte. Se eu tiver seis obras de colocar dois paralelos e não fizer uma ponte, significa que cumpri seis sete avos, daquilo que tinha previsto.

De paralelos penso que é a primeira vez que se fala aqui, e de pontes também, embora muitas pontes tenham feito passar muita água nesta Assembleia. Era só para corrigir, portanto, o Dr. Nascimento, que talvez esteja mal informado relativamente a esse aspecto particular. De facto, o que conta em termos de execução é, obviamente, a execução financeira, essa é que é importante em termos de medição da eficácia de um Executivo relativamente ao Plano que ele próprio apresentou. É que ninguém apresentou o Plano por ele, foi o próprio Executivo que apresentou esse Plano".

Entretanto, saiu da sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o Relatório de Actividades da Câmara do ano de 1996, tendo o mesmo merecido aprovação por onze votos a favor (11 PP) e doze abstenções (5 PSD + 6 PS + 1 CDU).

Seguidamente apresentaram declaração de voto, os seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

" O Relatório de Actividades da Câmara Municipal é isso mesmo: é o Relatório de Actividades da Câmara Municipal, vem da Câmara com a Câmara fica, daí a abstenção".

Vogal Filipe Brandão:

" É obvio que o Partido Socialista manifestou já a sua oposição no que diz respeito ao Plano de Actividades, sendo o Relatório de Actividades a certificação daquilo perante o qual, já havia manifestado a sua posição, e do qual, obviamente, não tem quaisquer responsabilidades, manifesta assim a sua abstenção".

Vogal Armando Vieira:

" Abstivemo-nos nesta votação, não porque concordemos, obviamente, com o conteúdo do Relatório, mas porque efectivamente há uma tentativa e um esforço no sentido da melhoria, daí a nossa abstenção".

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a Conta de Gerência do ano 1996, tendo sido estas aprovadas com onze votos a favor (11 PP) e doze abstenções (5 PSD + 6 PS + 1 CDU).

PONTO N.º 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 1996

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 97-03-31: SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

RELATIVOS AO ANO DE 1996 : - Foi também submetida à aprovação do Executivo o Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano de 1996, dos Serviços Municipalizados de Aveiro, o qual havia sido distribuído pelo Sr. Vereador Eng.º Vítor Silva na reunião de 26 do corrente.

Acerca do mesmo, o Vereador Dr. Nogueira de Lemos pediu alguns esclarecimentos, de um modo particular com referência ao ponto II.5 - Sistema de Telegestão, para perguntar se este sistema que, aquando da visita àqueles serviços, no início do mandato, estava a ser iniciado, se encontra já a funcionar em pleno e perguntou, ainda, se o mesmo tem por base a digitalização de toda a rede. Sobre a certificação legal de Contas questionou o porquê da reserva inscrita e porque não foi realizada a totalidade da transferência referida. Respondeu o Sr. Eng.º Vítor Silva às perguntas que foram colocadas, tendo esclarecido que, quanto ao assunto da telegestão, embora esteja já digitalizada toda a rede de esgotos e de água, o sistema não está ainda completo, encontrando-se em fase de implementação a respectiva candidatura.

Posto de seguida à votação o documento a que nos referimos, mereceu o mesmo aprovação por unanimidade, pelo que, nos termos legais, vai o mesmo ser submetido, também, à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio apresentaram a seguinte declaração de voto: "Votámos favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas apresentado pelos SMA de Aveiro, tendo em atenção a fundamentação do nosso sentido de voto nos dois últimos Planos de Actividades e Orçamentos e a certificação de contas apresentada".

Seguidamente usou da palavra o Sr. Eng.º Victor Silva, para fazer a apresentação do documento supra, previamente distribuído por todos Senhores Deputados Municipais, tendo-se colocado de seguida à disposição do plenário para prestar eventuais esclarecimentos sobre matérias respeitantes a este ponto da agenda de trabalhos.

Aberta a discussão usaram da palavra, os seguintes Vogais:

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria dar os parabéns aos Serviços Municipalizados por terem incluído este documento da certificação legal das Contas, significa que daqui para a frente as Assembleias e as Câmaras e os órgãos da Administração dos

Serviços Municipalizados, não precisam propriamente de ter economistas ou diplomados, porque passámos a ter a certeza, da certeza das contas.

Eu penso que, falando mais um bocadinho a sério, que efectivamente foi uma boa medida, aliás o Presidente do Conselho de Administração, foi o primeiro a dizer que isso se deve à recomendação desta Assembleia, foi o Dr. Raúl Martins, quem terá alvitrado essa ideia inicialmente e que depois foi corroborado por todos nós.

Mas, eu pedi a palavra mais para a questão do Centro Coordenador de Transportes. De facto, é uma obra que se arrasta desde 1982, salvo o erro, e que não dignifica Aveiro nem a Câmara de Aveiro. Não sei como está hoje, já há uns tempos que não passo por lá, mas efectivamente, é um Centro que vai continuar a dar problemas e, eu queria perguntar concretamente, como é que estamos em relação à transposição da linha do caminho de ferro. Porque o Senhor Eng^o acabou por dizer, que dentro de dias teremos o Centro a funcionar, mas o que é que adianta funcionar, quando as pessoas têm que dar uma volta enorme com as viaturas; nomeadamente as de passageiros. Não penso que resulte, penso até que será gravoso para os transportadores ter que obrigatoriamente que ir para lá. Não estou a ver de facto, como é que isso vai acontecer e eu digo isto pelo seguinte: é que há operadores que estão a utilizar paragens em qualquer sítio, nomeadamente junto da Caixa Geral de Depósitos e outros da Cidade, onde é difícil para o público, para os automobilistas, para os utentes das camionetas. E, é evidente, que é imperioso que haja uma solução. E, o caso ali junto da Caixa Geral de Depósitos com outra agravante, que é, quando a Ria resolve transbordar porque está em maré viva, as pessoas estão ali paradas com os pés na água salgada; aquilo ali tem que levar a uma solução também. Os Serviços Municipalizados terão que levantar a sapata daquilo, porque são milhares de pessoas ali todos os dias naquele sítio, e tem que se resolver aquele problema e não com o Centro Coordenador de transportes, porque aquilo tem outras questões, nomeadamente, para as pessoas que vão para Castelo Branco, para o Fundão, para a Covilhã, para Albergaria, para o Porto, para todo lado e, portanto, não é só os utentes da Barra como muita gente pensa".

Vereador Victor Silva:

" Sr. Custódio Ramos, o problema do Centro Coordenador de Transportes já vem do nosso tempo, quando o Senhor era Vereador comigo, é uma coisa que se arrastou pela dificuldade que houve na aquisição daqueles terrenos. Penso que, portanto, como disse há pouco, que esse problema estará resolvido, mas fica um outro por resolver e um outro grande problema, e que está contemplado no protocolo feito entre

a Câmara Municipal e a CP, mas parece que este protocolo também teima em não andar para a frente com esta obra, onde está prevista a passagem inferior da passagem da estação de Caminho de Ferro, para o lado do Centro Coordenador de Transportes. É evidente, que o Centro Coordenador de Transportes vai funcionar mesmo sem esta situação, embora, há bem poucos dias, nos foi prometido que a passagem inferior da estação do Caminho de Ferro, por razões até da segurança da própria linha, também a muito curto prazo iria iniciar-se. Penso que isto se prende também, agora um pouco com a divisão da CP, e por aquilo que nos disseram há dias, portanto, parece que agora é mesmo para arrancar e oxalá que sim. Claro, é uma obra que não depende exclusivamente da Câmara, embora a Câmara tenha feito pressões no sentido de querer avançar essa mesma obra não avançou. Mas, falou aí num outro problema, que é o problema dos operadores que estacionam na Rua Cândido Reis, estacionam junto à Estação, estacionam aqui assim ao pé da Auto Viação Aveirense. Sendo um problema de transportes, por Lei, obriga a que todos os operadores terão que estacionar no Centro Coordenador de Transportes, onde o Centro Coordenador de Transportes será ponto de chegada e de partida. Eu penso que vamos ter umas resistências muito fortes, pelo menos da parte de alguns operadores, nomeadamente os que vêm da Gafanha, porque não faz sentido que um operador que tradicionalmente, muitas das vezes pára aqui assim junto à sua estação, e não queira ir para o lado de lá. Mas, isto é uma situação que está agora no início, estamos agora a recomençar as conversações com os operadores, já foi feita uma primeira abordagem destas situações, há uns que facilmente aderem ao sistema e, portanto, até o desejam. Há outros que andam a pôr algumas resistências neste tipo de situações, nomeadamente, este aqui assim da Auto Viação Aveirense, como é sabido, terá alguma dificuldade em ir para o lado de lá da linha, para passar por aqui novamente. Até se compreende, terá alguma legitimidade para pôr essas resistências. O Centro Coordenador de Transportes, tem previsto prestar um serviço, não só de recolha de viaturas de autocarros aos operadores de fora, como serviço de lavagem, mudanças de óleos, porque o ponto de partida vai ser ali; o ponto de partida e de chegada. É evidente que enquanto não estiver a passagem inferior da CP, isto também nos dificulta, digamos, o implementar desta acção. Aliás de acordo com a Lei, a Lei é que determina que todos os operadores terem que lá ir parar".

Entretanto, saíram da sala os Vogais Virgínia Celeste da Silva Veiga e Carlos Manuel da Silva Santos e entraram Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto nº 3 da ordem de trabalhos: Serviços Municipalizados - Relatório de Gestão e Contas Relativos ao Ano de 1996, o qual foi aprovado com dezasseis votos a favor (12 PP + 4 PSD) e sete abstenções (1 PSD + 5 PS + 1 CDU) .

PONTO Nº 4 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO A QUE SE REPORTA O N.º 2 DO ART.º 49º, DO REGULAMENTO DO P.D.M.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 97-04-10: "PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO REGULAMENTO NOS TERMOS DO Nº2 DO ARTº 49º : - No seguimento da deliberação tomada na última sessão em que foi feita a distribuição do documento ora em análise, o Vereador Sr. Dr. Henrique de Mendonça fez a apresentação do mesmo, agora já acompanhado pela necessária cartografia, tendo pormenorizado e esclarecido o respectivo teor, o qual, no essencial, aponta as principais dificuldades na execução do Regulamento, tendo o Sr. Presidente sugerido que seja acrescentado ao texto também os benefícios que resultaram para o Município da aplicação do Regulamento, bem como uma referência às reacções que têm surgido aos munícipes, o que mereceu concordância.

No uso da palavra, o Vereador Sr. Eduardo Feio sugeriu que as peças desenhadas tenham um texto como suporte, o que torna o documento mais elucidativo, o que também foi aceite por todos. Em relação ao documento distribuído, perguntou se há intenção, como se refere, de se proceder a uma revisão total do PDM, tendo sido esclarecido tratar-se tão somente de alterações pontuais, o que foi corrigido no texto. Mais referiu o mesmo Sr. Vereador que quanto à cartografia, acha a mesma uma autocrítica positiva e referenciou que, na sequência de uma proposta que já fez em Dezembro, último, seria oportuno que este documento fosse acompanhado de uma avaliação e análise comparativa às diversas propostas estratégicas para o desenvolvimento, tendo-lhe sido respondido que tal seria oportuno mas que não foi possível, fundamentalmente por indisponibilidade tanto de tempo como de meios humanos.

Continuando no uso da palavra, o mesmo Sr. Vereador referenciou ainda alguns pontos do documento que, em seu entender, não estariam muito bem explicitados, os quais enumerou e que são os seguintes: entende que deveria ser melhor explicitado o parágrafo que se refere à prática de gestão urbanística, no que diz respeito à frente dos lotes tradicionais; quanto aos índices de construção nas zonas tipo I e tipo II, acha que o documento deveria explicitar melhor e focar a situação do art.º 6º; em seu entender, deveria haver uma explicação mais aprofundada das situações quanto à altura de meação (art.º 9º); deveria, ainda, clarificar-se se deve manter-se a mesma área para os anexos e se nestes as garagens não são entendidas como fazendo parte dos mesmos; quanto ao estacionamento, deveria clarificar-se a questão da afectação de espaços para estacionamentos nos equipamentos públicos e privados (cinemas ou outros); e, por último, acha a conclusão do documento pouco desenvolvida. Estas questões foram analisadas e discutidas por todos, pelo que o documento foi sendo pontualmente corrigido.

Seguidamente, foi votado favoravelmente e por unanimidade, a remessa do documento à Assembleia Municipal, para apresentação, nos termos do n.º 2 do art.º 49 do Regulamento do PDM.

O Vereador Sr. Eduardo Feio fez a seguinte declaração de voto: "Votamos favoravelmente o envio deste relatório para apresentação à Assembleia Municipal de Aveiro, por considerarmos fundamental, neste momento, a discussão por esse órgão autárquico da implementação do Plano Director Municipal. Não podemos, contudo, deixar de lamentar não ter sido atendida parte da nossa proposta de 2 de Dezembro de 1996, nomeadamente, o seu 2º ponto - "que se proceda à avaliação de implementação das propostas de nível estratégico de PDM (nomeadamente ao nível do seu relatório) e a uma análise comparativa entre as propostas deste e das recentes figuras do Plano, com vista à sua compatibilização ou revisão." Concorrem para esta nossa posição um conjunto de factores, entre os quais a existência de um conjunto de figuras municipais de Planeamento Territorial, em fase de elaboração (os PU da Cidade e de S. Jacinto e ainda um vasto conjunto de Planos de Pormenor, o Estudo de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento da Cidade de Aveiro e a fase em que se encontra a elaboração do Plano Estratégico da Cidade. Acresce às referidas figuras, a existência de regulamentação por nós há muito reivindicada, na área da construção (Regulamento de Taxas Municipais de Obras Particulares e de Loteamentos e do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas) em fase de reformulação/elaboração, instrumentos estes de apoio à gestão urbanística e ao desenvolvimento urbano, que devem ser pensados/elaborados em articulação com o PDM. Consideramos, assim, apesar das insuficiências

deste primeiro relatório, ser de primordial importância para a Assembleia que se verifique este momento de reflexão e debate, que permita, não só retratar o ritmo e dificuldades de implementação do Regulamento do PDM, mas também discutir o seu desempenho, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento concelhio".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais, Olinto Henrique da Cruz Ravara e João Alberto Simões Barbosa.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Câmara Municipal a fim de serem prestados os esclarecimentos tidos por convenientes.

Vereador Dr. Mendonça:

" Sr. Presidente, Srs. membros desta Assembleia Municipal, este Relatório tem como finalidade dar cumprimento ao que expõe o n.º 2 do art.º 49º do Regulamento do PDM. Só para relembrar, eu vou lê-lo em síntese, dizendo que anualmente a Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, um relatório sobre a execução deste regulamento com suporte cartográfico, indicando licenciamentos efectuados e respectivas tipologias e comentando a adequação das medidas propostas.

Pareceu-nos portanto, que seria esta a oportunidade de apresentar esse relatório. Ora, não há dúvida nenhuma que o PDM, importou determinadas dificuldades na sua aplicação. Uns que se prendem no campo da delimitação de zonas, outros que prendem com o próprio articulado do regulamento. No que se prende com a delimitação de zonas, eu gostava de lembrar que nós temos limitações de zonas de construção, nomeadamente algumas zonas tipo III e outras de equipamento, cujo o uso, estava já à partida comprometido de preexistências. É o caso, por exemplo, de zonas de equipamentos confrontantes com arruamentos e já ladeadas de construção, é o caso de zonas tipo III, já comprometidas com construções de tipo I. Eu estou a dar apenas o aspecto muito geral da questão que o relatório tem. Quanto a aspectos regulamentares, há vários pontos que eu desejava de salientar entre outros, que também estão a ser considerados. Um deles prende-se com as áreas e dimensão da frente dos lotes nas parcelas de terreno tipo III. Se bem se lembram, há uma dimensão mínima para os lotes tipo III, há uma frente mínima para esses lotes, que não se compadece muitas das vezes com o cadastro existente nesta região. Por outro lado, um outro aspecto, que é o que nos temos deparado, é que apenas temos índice de construção para as zonas de tipo II e não a tendo para as zonas de tipo I, quando o tipo I permite também construção colectiva, podemos cair no

contra senso de permitir maior construção em zona de tipo I, que em zona de tipo II. Eu relembraava apenas que tipo II é multifamiliar tipo I é unifamiliar. Um outro aspecto, com que de facto nos temos confrontado com muitas dificuldades de aplicação, é na altura da meação. Lembra-se que a altura de meação é de quatro metros, quer dizer, quando se constrói na extrema de um terreno, não se pode construir com mais de quatro metros de altura, excepto se for em banda contínua ou geminada. O que é certo, é que essa construção com altura de quatro metros, não permite sequer a construção de um rés do chão razoável, ou pelo menos, com uma certa qualidade arquitectónica. Outro dos aspectos com que também nos temos confrontado com dificuldades perante os munícipes que nos abordam, é a dimensão dos anexos. Muito embora já tenhamos tido uma interpretação, aliás corroborada pela CCR, de que anexos é uma coisa, garagens é outra (interpretação que inicialmente não tínhamos tomado), a verdade é que, achamos que esse aspecto também deve ser regulamentado de uma forma diferente.

No tocante aos lugares de estacionamento, também pensamos que resultam daí dificuldades quando se pretende uma mudança de uso para uma construção existente, quando se trata de similares de hotelaria e quando se trata também de construções para equipamentos de utilização colectiva. Um outro aspecto, com que temos confrontado com várias dificuldades, são as instalações de apoio à actividade agrícola. Como está no regulamento do PDM, a verdade é que quem quiser fazer uma instalação para a actividade agrícola, por vezes não poderá sequer pôr um tractor minimamente carregado; isto relativamente, por conseguinte, ao aspecto regulamentar. Quanto ao aspecto cartográfico, os senhores dispõem naquilo que vos foi distribuído, dois mapas, um relativo a obras, outro relativo a destaques e loteamentos. Daí constam o estado dos processos, estou a referir-me a 1996, e aí as tipologias estão perfeitamente diferenciadas. Não nos limitámos a indicar os licenciamentos, mas ainda as informações prévias, porque são constitutivas de direitos e até processos em tramitação, distinguindo as tipologias. Por outro lado, entendemos por conveniente referenciar, também os destaques. Algumas conclusões podem retirar-se desses mapas que foram expostos, os anexos B e C, que constam do documento distribuído. Por aí se vê que a pressão de construção em multifamiliar incide sobretudo na freguesia de Vera Cruz. Nas outras freguesias, as unifamiliares excedem largamente as multifamiliares. Como era de esperar a maior pressão existe nas freguesias urbanas e peri-urbanas e essa é muito maior que nas rurais. Os destaques, esses verificam-se sobretudo em Cacia, Eixo e Oliveirinha.

Do exposto, parece resultar que afinal, termos um PDM foi algo de negativo. Nenhuma conclusão mais errada podia tirar-se do que eu acabo de dizer, porque eu ainda não disse tudo. É que de facto, não pode perder-se de vista que o PDM contribuiu e em muito grande medida para um desenvolvimento ordenado do concelho de Aveiro. O PDM permitiu, efectivamente (e se repararem inclusivamente isso vem no Relatório de Actividades), fazer com que, inclusivamente o munícipe, antes de pedir a aprovação de um projecto, na maior parte das vezes, venha pedir uma viabilidade de construção, o que quer dizer, que se poupa ao munícipe o despendi-o que teria na elaboração de um projecto de arquitectura, porque a viabilidade pode, desde logo, viabilizar-lhe ou inviabilizar-lhe uma pretensão de investimento. Ora bem, mas se assim é, se temos dificuldades na aplicação do PDM, poderia pensar-se que seria oportuna uma revisão global do próprio PDM. Sujeito a todas as críticas que tiverem e entenderem dever formular, eu queria dizer que não considero ainda oportuno uma revisão geral do PDM. E, não considero porquê? Em primeiro lugar, porque o tempo da sua vigência, não é ainda suficientemente lato para que todos os inconvenientes possam vir a ser perfeitamente equacionados. Em segundo lugar, porque ainda não temos, ainda não dispomos de uma cartografia actualizada para que uma revisão pudesse obviar a outros problemas negativos. Finalmente, porque ainda não dispomos de um Plano Estratégico. E eu penso, que o futuro PDM de Aveiro deve assentar fundamentalmente no Plano Estratégico que esta Assembleia vier a aprovar. Isto não quer dizer que efectivamente estejamos parados. Efectivamente, a verdade é que estamos a aguardar a publicação de um diploma, que infelizmente, do meu ponto de vista prático, não estou a criticar de forma nenhuma o legislador, remete para legislação posterior determinados acertos pontuais que a cartografia ou a mudança de uso dos solos, poderia efectivamente, facilitar a vida, porque estão errados.

Por outro lado, a verdade é que a Câmara está empenhada na elaboração de PU's e de PP's e mesmo, permitam-me que vos diga, de estudos urbanísticos capazes, efectivamente, por um lado melhorar algo que no PDM se não considere perfeitamente adequado à realidade, por outro lado, permitir um desenvolvimento sustentado, um desenvolvimento por conseguinte, consequente no campo urbanístico do concelho. Devo dizer-lhes, que embora oficiosamente, o trabalho está pronto, está a ser testado, trabalho de alteração do Regulamento do PDM, não dos aspectos cartográficos. Está pronto, foi inclusivamente oficiosamente distribuído pelos membros que compõem a Câmara, oficiosamente, porque é a minha maneira de trabalhar e eu pretendo a colaboração de todos e temos gente interessada na Câmara para se

debruçar também sobre estes problemas, a nível do Executivo. E, por outro lado, porque só depois disso, pretendia ouvir também as Juntas de Freguesia, para que efectivamente, as soluções que vierem a ter o mínimo do consenso do Executivo, possam também ser submetidas a uma apreciação das Juntas de Freguesia. Que são também quem na pele sofre, de algumas das incompreensões, legítimas algumas, dos nossos munícipes. Penso que o que pretendia em apresentação está dito, estou, evidentemente à disposição da Assembleia para qualquer esclarecimento que pretendam oportuno. Eu acho prematuro, na medida em que não foram ainda apreciadas pelo Executivo, outras alterações, eu falei das mais importantes. Há outras alterações que se pretendem introduzir no Regulamento do PDM ".

Presidente da Mesa:

"Portanto, se alguém quiser intervir faz favor, é evidente que não temos nada para submeter a votação, este é um relatório referente a um determinado processo que é o P.D.M. mas é evidente também, que há oportunidade para se discutir e para qualquer pedido de esclarecimento, chamada de atenção, comentário, etc. "

Aberto à discussão, usaram da palavra:

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, Sr. Vereador, como V. Ex.as sabem, sempre nos preocupámos bastante com a questão do PDM, nomeadamente, naquilo que ele significa, na sua componente fora da Cidade, naquilo que eu costumo dizer, o mundo rural. Eu, ouvi com muita atenção o Sr. Dr. Mendonça, aprecio a forma aberta como expôs o problema, a disponibilidade que tem para dialogar. Mas, quando disse que não considera oportuna uma revisão geral, Sr. Dr. Mendonça, permita-me que lhe diga, sem uma revisão geral não resolvemos os problemas graves que temos porque não bastará uma alteração do regulamento, isso só confirma que muitos dos protestos que aqui trouxe em tempos idos, tinham razão de ser, tinham validade, hoje a Câmara reconhece-os e só tenho pena que não os tenha reconhecido em tempo oportuno e não tenha ouvido a nossa voz, que afinal, por vezes, apesar da nossa humilde função, também pode ser útil para o desempenho cabal dos Senhores Vereadores e da Câmara em geral. Sr. Vereador, eu não posso aceitar, que sendo a tipologia dominante das parcelas em ambiente rural, rectângulos bastante profundos e estreitos, como se constata da análise da planta topográfica de Aveiro (desactualizadíssima), não posso aceitar

que, aquela regra dos dezoito metros e como viu, como se constatou, trouxe problemas enormes, e que é preciso efectivamente resolver, a bem de todos. A altura de meaçaõ, considerando os afastamentos que são impostos, também não tem razão de ser. Provocam aberrações em termos arquitectónicos que é preciso ultrapassar. Por exemplo, um agricultor que quer construir o seu anexo, destinado há sua actividade agrícola, nomeadamente, estou-me a lembrar dos produtores hortícolas, que têm os seus camiões, as suas máquinas, as suas alfaias agrícolas, são forçados a construir o seu armazém com altura máxima de quatro metros; não tem funcionalidade. É inadmissível, é inaceitável. A área dos anexos em ambiente rural, também tantas vezes lutei contra isso, é verdade que entretanto, a Câmara, mediante consultas que fizeram superiormente, separaram as garagens, melhorou bastante esta situação, mas não resolveu definitivamente, porque não tem nada a ver com a realidade do mundo rural. Outra questão, é a imposição, e eu várias vezes tenho perguntado em que Lei é que está escrito, para além da Lei do Plano Director, em que Lei é que se basearam os técnicos que elaboraram o Plano Director, para imporem como limite de profundidade os quarenta metros. Não se pode construir além da faixa dos quarenta metros a partir da plataforma da estrada, porquê? Eu quero saber em que Lei está escrito isso, já perguntei isso inúmeras vezes.

Outra situação caricata, é constatar-se e eu às vezes questiono moradores da minha freguesia, porque estou atento a isso, estão a construir moradias novas e eu vejo as moradias em cima da estrada, e eu pergunto-lhes: porquê? Os senhores não podiam ter recuado um bocadinho mais a moradia, permitindo a construção de um pequeno jardim, que eles querem? Não, que a Câmara não nos deixou recuar. E obrigam-nos a vir para a frente. Porquê isto Sr. Vereador? E o Sr. Dr. dizer que não considera oportuno, entre outras razões pelo pouco tempo que tem, não devemos ter medo de reconhecer os erros Sr. Dr.. O Plano Director de Aveiro foi um erro, há que corrigi-lo tão urgente quanto possível. É verdade que antes deste Plano Director ser corrigido é precisa uma peça basilar que nunca foi executada (não sei porquê, porque parece que o dinheiro até nem é muito), que é um levantamento topográfico actualizado do concelho de Aveiro, que como todos nós sabemos, o que existe, não corresponde nem de longe nem de perto à realidade do concelho. Quanto ao Sr. Dr. dizer que está pronta a revisão do regulamento, registamos a boa vontade, mas vai ver, que resolverá pontualmente aquelas questões da largura dos lotes, mas não resolverá o problema de fundo. E, pela parte que me toca, estou disponível para colaborar na melhoria desse documento, no sentido de que esse

documento, reflecta claramente as situações de construção possíveis em ambiente urbano, mas que também reflecta claramente, a realidade rural que nada tem a ver com o mundo urbano.

Depois, enfim, as tipologias, os tipos de construção, penso que é uma imposição da Lei, trouxeram outro tipo de problemas. E a revisão geral do Plano Director, impõe-se também porque como eu disse aqui muitas vezes e protestei, fui levado a votar a favor do Plano Director, fui enganado, fomos todos enganados, os que tínhamos consciência mínima do que estávamos a fazer, porque fomos chamados antes da votação final do Plano, tenho que referir isto uma vez mais, fomos chamados a reuniões no gabinete de Planeamento para acertos finais, com a promessa de que a revisão final do Plano seria consagrada em Lei, isto é, o que nós iríamos votar seria o reflexo desses acertos finais, foi isso que nos prometeram e, quando nós votámos era mentira. Fomos enganados uma vez mais e uma última vez, foi a última vez que fomos enganados pelo Sr. ex-presidente da Câmara. E não estou satisfeito com isto, porque entretanto (com certeza que os outros colegas das Juntas, que se interessam por estas coisas, estão a passar pelos mesmos problemas que eu), várias vezes fomos consultados, expusemos a versão que nos foi fornecida do Plano Director, dissemos às pessoas que iam ser contempladas construções aqui, ali e acolá, que a tipologia de construção era aquela e a outra e afinal, nada disso corresponde à verdade. As pessoas fizeram aquisição de terrenos, levámos as pessoas ao engano, compraram terrenos, investiram o dinheiro que tinham e que não tinham, e hoje nós somos considerados mentirosos, que é uma situação francamente que me desagrada. Por tudo isto, Sr. Vereador tenha a coragem de promover, tão urgente quanto possível uma revisão geral do Plano Director, mas antes tenha a coragem de exigir do Executivo, que mande fazer um levantamento actualizado da planta topográfica do concelho".

Entretanto, saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria realçar a frontalidade e a boa vontade do Sr. Vereador em nos prestar um esclarecimento, para além do que está escrito. Notou-se efectivamente uma intenção da sua parte, da melhor das boas vontades, aliás é apanágio da sua pessoa. Mas, Sr. Vereador, eu fico confuso, é que por um lado disse-nos: O PDM, em sua modesta opinião, segundo referiu, ainda não chegou o momento de ser revisto,

ainda pode e deve amadurecer mais uns tempos nos moldes e na estrutura e nos termos actuais. Mas depois disse-nos: Que já estão estudos feitos, que já há até um trabalho que está a ser testado. Ora, eu não percebo, como é que se algumas normas legais estão redigidas de certa maneira, e há a intenção no futuro próximo de alterar essas normas regulamentares, e agora o Sr. Vereador diz-nos, que há um trabalho feito nesse domínio e que esse trabalho já está a ser testado. Bom, é que testar, aprovando projectos, viabilidades, etc., fora do regulamento, não compreendo como é que se vai testar! Se a sua ideia é que o texto foi distribuído por alguém, e está em discussão, e testar, significa que as pessoas andam a pôr à prova, o espírito, enfim, dos novos textos, então a música será outra. É claro que, foi aqui recordado e nós não podemos esquecer que este PDM é o PDM da Câmara da responsabilidade do CDS/PP, e é só da sua responsabilidade. Porque infelizmente, à época, foi-nos coarctada toda a discussão, toda a hipótese de nós participarmos na elaboração de um PDM a sério para Aveiro. Inclusivamente, quando o PDM foi à discussão no seio desta Assembleia, foi por alturas do Natal, em que nós acedemos a integrar uma Comissão nos dias entre o Natal e o Ano Novo (isto é uma vergonha dizer isto), à pressão, para nós aprovarmos este texto, porque de outra maneira não tínhamos PDM. E o nosso pensamento na altura, era este: bem, sempre é melhor amarrar o Dr. Girão e a Câmara de Aveiro a um PDM, por muito mau que ele seja, do que continuarmos a não ter PDM nenhum; e aí aprovámos. Tivemos a ideia, de lá introduzir neste artigo 49º a obrigatoriedade do Executivo redigir periodicamente este relatório. Em boa hora o fizemos. Porque ficámos habilitados, através destas linhas, a ter periodicamente o ponto da situação, no sentido de nos pronunciarmos para a melhoria do Plano Director, que todos desejamos que seja o melhor para Aveiro.

Mas eu registo que efectivamente ainda não se perdeu tudo, porquanto ele também não será tão mau como certas pessoas apregoam, é que efectivamente, se a experiência da Câmara nos diz que são estas as questões que suscitam, então já estou em crer que também não será tão mau, tão mau. A não ser que eu pusesse isto em causa, o que não ponho. O que estará é, pendente da feitura e da aprovação de muitos Planos de Urbanização, de muitos Planos de Pormenor, ou seja, está dependente de Planos Municipais de Ordenamento do Território, o que significa que é um PDM sem PDM. Porque afinal, é um PDM que está dependente de um conjunto de Planos de Urbanização, de um conjunto de Planos de Pormenor, que por aquilo que vimos no Relatório de Actividades da Câmara, o seu estágio de desenvolvimento não avançou muito e enquanto nós não tivermos esse conjunto de instrumentos, para concluirmos a cúpula de todo o Plano Director ao nível concelhio, mais ainda, o Plano

Estratégico, que não tem nada a ver com isto, mas que devia ter precedido o Plano Director. Afinal, temos e não temos um Plano Director que satisfaça Aveiro.

Para terminar, diria que o Sr. Vereador, desta vez em nome da câmara, terá que nos responder, afinal, já aqui há bocado quando eu fiz a pergunta em sede de outra discussão, não me puderam responder, mas agora a Câmara terá que responder: afinal, como é que estamos de taxas de urbanismo? Afinal, eu agora reparo, que o Vereador Eduardo Feio, na sua declaração de voto, precisamente, chamou à atenção, para a inexistência de regulamento de taxas de obras particulares e loteamentos e do regulamento municipal de edificações urbanas, para além dos Planos de Pormenor, etc., etc., mas eu refiro-me mais a estes que foi os que eu referi há bocado, que são os tais, que estão influenciar, a não recolha de verbas que fazem falta ao Município, por exemplo, como já aqui foi dito, para a construção de uma sede adequada, não digo dos Paços do Concelho, digo adequada para os técnicos e para os serviços Administrativos. Uma coisa decente, com muita luz, com muito espaço, com muitas plantas e com muitas flores de preferência cor de rosa".

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostava em principio, neste ponto da ordem de trabalhos, estava para a minha intervenção ser assim: agradeço muito, sem diminuir a importância do gesto e significado do acto, agradeço muito, e cá está o regulamento. Entretanto (não é muita vez que digo isto), a intervenção do Sr. Vereador, merece uma chapelada. "Chapeau" para o Sr. Vereador, que teve uma intervenção equilibrada, teve uma intervenção que quanto a mim tem o mérito de colocar questões como elas devem ser colocadas e como elas devem ser entendidas. Portanto, a maneira como foi aqui trazida a discussão em torno do Relatório do PDM, parece-me ser, de facto, uma forma adequada à situação. Então, pouco mais não faço do que sublinhar alguns traços ou alguns pontos da intervenção do Sr. Vereador, nomeadamente, a de que são necessárias, certamente, alterações pontuais a este PDM, tendo em conta a experiência e a realidade, as circunstâncias em que ele foi elaborado e que já aqui foram citadas e aquilo que é trazido, situações que se verificam no concelho, transmitidas por Presidentes de Junta e também por outras formas. Portanto sim, a alterações pontuais logo que haja condições para as efectuar, e não, para já a uma revisão geral do Plano de Urbanização, não está suficientemente testado, o Plano Estratégico, etc., etc., etc.. Parece-me ser de facto, o ponto da situação. E se é verdade, que há situações que,

por desatenção ou pela maneira geral como o PDM foi aprovado, carecem de alteração, nós não podemos ignorar que a existência deste PDM, se traduziu em mais 65 % de pedidos de informação prévios, mais 22% de projectos de arquitectura, mais 47% de viabilidades de instalação, em mais 60% de alvarás de loteamento. Portanto, há após a vigência do PDM em comparação com o ano anterior, uma série de indicadores que provam que este PDM permite de facto, a construção, permite de facto a resposta, com regras, com normas, podem não ser as mais perfeitas, podem não ser as mais adequadas, mas é seguramente melhor do que não haver regras nenhuma".

Vogal Bolais Mónica:

" Obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores e membros da Assembleia. O Sr. Salavessa antecipou-se àquilo que eu ia dizer, que era de facto, para louvar a atitude do Sr. Vereador Henrique Mendonça, pela maneira como apresentou as deficiências do Regulamento do PDM. Porque eu, que vivo numa zona semi-rural, também tenho notado, de facto, estas deficiências do Regulamento. Claro que, eu não sou técnico de planeamento, mas suponho que quando se planeia, tem que se saber para quem se planeia e com que se planeia. E, nas nossas zonas rurais ou semi-rurais, existe uma classe de população que devemos ter em conta, que são aqueles operários que trabalham por conta de outrem, mas que têm as suas parcelas de terreno, que amanhã, e com elas vão tirar um suplemento para seu sustento e até, abastecem, com feijão verde, com as cebolas, com os alhos, até com batatas, não só estes mercados como outros mercados. E, acontece que não se pode colocar essas pessoas a viver em apartamentos. Há necessidade de dar condições, para que essas pessoas possam exercer a sua actividade. Temos também que ter presente, que de facto, vivemos numa zona de minifúndio, em que os terrenos não têm mais do que doze metros, numa maneira geral doze metros, porque isto já vem uma coisa herdada, de há muito tempo. Quando faziam as partilhas diziam assim: bem, isto assim já dá para construíres. Porque é claro, naquele tempo podia-se de facto construir e agora não podem; porque de facto não é exequível. Eu tenho até sido testemunha de queixas, que me têm chegado, que é de facto, o limite dos oito metros, é a altura de meação também, que não dá nada, quer dizer, não há possibilidades de fazer uma casa em condições nessas zonas, é a área de facto dos anexos e também é a área das instalações agrícolas. Como nós sabemos, hoje os lavradores até têm que armazenar os produtos que produzem e que de facto, há necessidade de corrigir esse regulamento. Agora, quanto ao fazê-lo, não lamento de facto o PDM, porque todas as coisas que são feitas pelo homem carecem da sua

actualização e é o caso, nós temos que ir aperfeiçoando, temos que ir melhorando, e espero que mesmo depois de se fazer estas intervenções, estas melhorias, com certeza mais tarde, terá necessidade de ser novamente revistos. Felicito, de facto, o Sr. Custódio Ramos, por ter posto de facto esse artigo 49º no regulamento, que prevê de facto, uma revisão do PDM e isso tinha que ser assim, aliás, não há Lei nenhuma que seja perpétua, todas as Leis têm necessidade de ser corrigidas".

Vogal Victor Mangerão:

" Eu compreendo perfeitamente a preocupação de algumas pessoas, de algumas entidades, em relação a aspectos específicos do PDM. São aqueles que dizem mais directamente respeito, à vida concreta, às necessidades directas das pessoas, por exemplo: as cérceas das casas, os afastamentos, essas questões. Não vou minimizar a importância disso e antes pelo contrário, vou justificar que o PDM tenha que ser revisto naquilo que for justificado, para que realmente se vá ao encontro dos interesses das populações e dos critérios mais justos e mais adequados. O que é justo aqui, pode não ser justo em Aguiar da Beira ou em Viana do Castelo. Portanto, nós fazemos o PDM para nós, cada um que faça o PDM à sua medida. Mas a mim preocupa-me particularmente é, que o PDM seja balizado por alguns grandes factores, entre os quais destacaria: o Eixo Estruturante e algumas outras grandes estruturas, que não só, as que eventualmente se integrarão ou poderão vir a integrar o chamado Eixo Estruturante. E, eu penso que neste momento, pouco mais se sabe, sobre o ponto exacto da situação relativamente àquilo que se pensa do Eixo Estruturante, àquilo que já se ganhou relativamente, ao problema de implantação do grande recinto de feiras, há viabilidade, e chamo viabilidade essencialmente à definição da finalidade, da dimensão e portanto também dos custos, da grande área polidesportiva, ao problema viário de ligação viária, para a zona envolvente de Aveiro, que está praticamente na mesma, como sempre esteve, desde que foram criados os acessos novos por iniciativa governamental, que não por iniciativa da Câmara. E, um aspecto que a mim me faz uma enorme impressão e até me causa angústia cada vez que me lembro disso. É a coordenação em dois planos, dos Planos de Pormenor entre si e dos Planos de Pormenor, com o próprio PDM. Isto, porque sabemos, da quantidade de situações de facto, que são antecipadas, esperando que o PDM ou o Plano de Pormenor, as venha consagrar, mas entretanto são avançadas, enquanto os Planos de Pormenor vão sendo formulados, ainda por aprovar, e enquanto o próprio PDM, não está a ser revisto, podendo vir a ser revisto posteriormente. Ou seja, este conjunto de

factores que têm uma dimensão completamente diferente de aspectos regulamentares do PDM, eu penso que tem a ver, obviamente, com o Plano Estratégico. Mas, é preciso ver se o Plano Estratégico, quando surgir, agarra com coragem nisto tudo, e daqui nascerá então, eventualmente, a necessidade de uma verdadeira revisão do PDM.

Eu estive no outro dia a ver uma exposição em Vagos, e fiquei muito admirado de em Vagos já estar a ser revisto o PDM. Não é muito mais antigo, pode ser mais simples, é mais pequeno, não interessa. Aqui também se trata de assumir a coragem política e a chatice, se quiserem, de se fazer uma revisão do PDM, que parece que ainda foi ontem que nós aqui estivemos a discutir e aprovámos, depois de um longo percurso, de uma longa gestação de anos. Também acontece que o nosso PDM nasceu logo marcado por uma série de factores, nem todos eles muito positivos. E, que aliás, fomos um bocado pressionados a aprová-lo, tendo perfeita noção de que havia uma data de aspectos que tinham que ser muito melhor trabalhados, muito melhor ponderados. Era este conjunto de questões, que eu gostava que o Sr. Dr. Mendonça me sossegasse, ou pelo menos me fizesse o ponto a situação. Concretamente, há dois em particular, que a mim me preocupam mais. O que é que se está a pensar ainda sobre o Eixo Estruturante? Ou esse conceito neste momento, com o avanço da aplicação do PDM e a experiência já adquirida na feitura de Planos de pormenor, e a antevisão do que vão ser as possibilidades da Câmara, de planificação e de investimento, este Eixo Estruturante ainda é um conceito para manter vivo, ou é apenas para aceitarem certos aspectos, e noutros vamos lá por de lado aquilo que se pensou, que as coisas hoje são diferentes e amanhã ainda serão mais diferentes? Quanto ao Eixo Estruturante e obviamente, indirectamente, as grandes estruturas que se pensava que justificavam o Eixo Estruturante, essa coisa do Desporto, por exemplo, que eu assisti a um fórum ali em baixo, e que fiquei doido com o que lá ouvi dos próprios técnicos. Cheguei à conclusão que realmente, era um mito completo o que se estava ali a expôr. Perigosíssimo mito aliás, e enganador. Por outro lado, um outro aspecto, também, é a coordenação dos Planos de Pormenor. Eu gostaria de saber, se eu pedisse agora à Câmara, ao Sr. Dr. Mendonça, por exemplo, que é quem tem essa preocupação mais em cima dos ombros, se chegasse aqui a um quadro e dissesse assim: puxe aí pelos seus papéis e faça-me aí a descrição dos Planos de Pormenor todos, quantos é que estão já aprovados, quantos é que estão para aprovar, e tal, tal, tal, por aí fora. Eu não sei, deveria ter imensa dificuldade, se calhar, em coordenar isso tudo, e expôr isso da forma agradável como expôs há bocado essas generalidades sobre o Plano Director. Portanto, estes dois aspectos para mim, eu gostava que me

esclarecessem um bocado, o que é que se está a passar em relação a isso".

Entretanto saiu da sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Olinto Ravara:

" Eu sobre este assunto, não tenho nada a dizer relativamente da intervenção do Sr. Vereador Dr. Henrique Mendonça a não ser num aspecto que o Sr. Dr. focou, que é o de fazer depender a revisão do PDM, do Plano Estratégico. O PDM é um Plano de Ordenamento do Território e o Plano Estratégico, tem uma filosofia diferente. Portanto, eu não vejo relação entre o Plano Estratégico e o PDM. A não ser nos seus objectivos, na filosofia, que está consignada no desenvolvimento do próprio PDM. Agora, onde eu vejo que pode haver problema e problema sério, que existe, eu penso que existe, é na articulação, como aqui já foi dito, entre o Plano de Urbanização. E eu, não posso esquecer que o Plano de Urbanização propôs o alargamento para a Cidade nascente, e isto pode ter implicações ao nível da concepção, da ocupação do solo, nessa cidade nascente. Pode provocar uma alteração na forma como se classificam os terrenos. Por outro lado, como aqui também foi dito, há um conjunto de Planos de Pormenor, que estão em gestação, estão em elaboração. E o que temo, é que esses planos todos estejam a ser feitos de forma desarticulada, e que acabem por desarticular o próprio Plano que se pretende Director. Portanto Sr. Vereador, gostava que me falasse sobre a forma como está a ser feita esta articulação, nomeadamente com o Plano de Urbanização. Porque relativamente ao Plano Estratégico, ele já está num adiantado estado de maturação e, portanto, serão poucas as achegas que vão surgir até ao final. Portanto nós aí, o Sr. sabe muito melhor que os membros desta Câmara, e eu sei também, porque o li atentamente, quais são as grandes linhas de orientação estratégica para esta Cidade, que naturalmente o PDM deve incorporar. Mas o Senhor já as sabe. Portanto, aqueles problemas que aqui foram focados e muito bem por toda a gente, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha, mas que eu também li por exemplo, o Presidente da Junta de Aradas a manifestar-se, a protestar, contra os problemas que lhe estavam a causar na sua Freguesia. E o Sr. Presidente da Junta de Aradas, foi distinguido pela forma como defende os interesses da sua Freguesia. Portanto, eu acho que não é um obstáculo o não aparecimento do Plano Estratégico. E aí assim, acho que o Sr. deve de facto reunir com a Vereação, deve reunir com os Presidentes de Junta, já agora, deve reunir connosco e avançar tão breve quanto possível, para uma revisão de todo este PDM, que toda

a gente sabe que nasceu mal. Agora, que nós temos é a competência, ou pelo menos, temos a obrigação de lutar para que ele de facto, seja corrigido tão breve quanto possível. Não percebo porque é que há-de ser daqui a um ano, quando nós e os Senhores já têm as condições para fazer essas correcções".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, tem a ver com o Eixo Estruturante e eu pedia aqui ao Sr. Presidente da Câmara, que fiquei surpreendido há pouco de dizer que tinha o projecto definitivo do Eixo Estruturante. É que há um compromisso de que as Juntas de Freguesia com incidência no Eixo Estruturante sejam ouvidas quanto ao traçado e às saídas, etc."

Presidente da Câmara:

" Eu ia exactamente referir-me a essa situação do Eixo Estruturante, para reafirmar que a posição da Câmara Municipal e todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, é considerar aquela via como uma estrutura principal de ligação ao interior do concelho. O projecto está feito, por uma razão, porque enfim, nos obrigámos a isso, mandá-lo fazer. Está inserido no PDM, o PDM já previu este Eixo Estruturante, portanto está perfeitamente integrado, está coordenada a situação de Eixo Estruturante e teríamos que avançar com o projecto, porque não se faz o Eixo Estruturante apenas com palavras ou com planeamento; faz-se com dinheiro. Neste momento, pese embora, a necessidade de ser até apresentado e discutido e dar conhecimento às Juntas de Freguesia, a nossa candidatura para a construção da primeira fase deste Eixo Estruturante, está apresentada na Comissão Coordenadora da Região Centro e com a unidade de gestão dentro de pouco tempo se pronunciar sobre ela. Por outro lado, também se dinamizou este processo, através da Secretaria de Estado das Obras Públicas, no sentido de encontrar um contrato-programa que permita ajudar a Câmara para a parte restante, da percentagem que as candidaturas aos fundos comunitários obrigam sempre, a quem apresenta a candidatura, pode ser 25%, mas são pesados para a Câmara Municipal, logo que se inicie a construção deste Eixo Estruturante. Portanto, não há que recear, relativamente, à sua inserção no Plano Director Municipal nem no Plano de Urbanização. Por sua vez, esse Plano de Urbanização, que faz ou apresenta e foi alargado por proposta para lá da linha que o PDM orientava, por se entender que é necessário dar vida àquela área entre o Eixo Estruturante e o ICI e ao mesmo tempo, criar eixos transversais, neste caso até radiais, não é bem paralelos à 109, mas que façam a circulação de toda aquela zona,

criando a inserção o mais perfeita possível com o Eixo Estruturante. Isto, tem em vista, criar novas centralidades também naquelas zonas, hoje já bastante populosas e criar um "modus vivendi" diferente, dar-lhe uma urbanidade, com esses eixos transversais e a inserção no Eixo Estruturante.

Eu penso que as Juntas não estarão totalmente afastadas do conhecimento do traçado. São traçados complicados, difíceis, que é preciso fugir a estragos que naturalmente causam em habitações, mas para já, ele também está recentemente apresentado à Câmara e aquilo que se tomou de importante e de necessário, foi candidatá-lo, para reservar o fundo comunitário que foi posto ao nosso dispôr. Contamos com um milhão trezentos e sessenta e cinco mil contos para quatro candidaturas, na medida B, o que não podemos portanto perder, e o resto, será a seu tempo aqui apresentado. Vamos expô-lo, não só para as Juntas saberem, mas para todos. O PDM já o prevê, e além disso, também não tem, digamos, uma intervenção muito grande na estrutura, na medida em que o PDM visa essencialmente a ocupação de solo e o PDM está aí, nós vamos respeitando, tudo o mais tem que se ajustar aos princípios existentes no PDM. Também temos tido o cuidado de coordenar esses Planos de Pormenor, portanto, o PU da Cidade, os Planos de Pormenor em execução, não posso dizer de cabeça quantos são, se olhar para o mapa eu sou capaz de os recordar. Alguns deles que estavam avançados, alguns Planos de Pormenor vinham sendo feitos ainda antes do PDM aprovado, que teriam uma possibilidade de continuidade, mesmo sem um Plano de Pormenor e, pós PDM, podia aplicar-se-lhe os índices do Plano Director Municipal, não necessitando portanto de aguardar. Mas, para que tudo saia coordenado, estou-me a referir aos Planos do Forca-Vouga, Norte, Centro, Alameda, Sul, zona sudeste de Cacia, toda aquela zona de Cacia, a Junqueira, eram trabalhos que já vinham a ser desenvolvidos, que tomámos a iniciativa de os suspender e adaptá-los ao PDM e introduzi-los com todos estes Planos que temos em execução. De modo que, não há também, por outro lado, necessidade de fazer parar ou esperar o Plano Estratégico para que se proceda à actualização do PDM. O Plano Estratégico tem uma vertente para retenção de conhecimento, tem uma estratégia, decorre normalmente e agora algo acelerado, com uma certa paragem também para deixar fermentar algumas das ideias e também alguns dos trabalhos. Este Plano Estratégico foi feito também em termos dos Planos que estamos a fazer, o Plano Estratégico, não deixou de apreciar o Eixo Estruturante, não deixou de apreciar os Planos de Pormenor que entretanto estavam em marcha, está conjugado também, fez parte de várias reuniões, simplesmente a sua posição e a sua intervenção visa a

estratégia, visa o futuro, visa a tal orientação, que há pouco fui acusado de ainda não ter, mas que ali vai ter orientação de todos nós. Todos colaboraram no Plano estratégico, talvez seja mais completa do que se fosse só um a ordenar e a ter as ideias. De maneira que no dia quatro de Junho, nós teremos o Plano Estratégico já com o parecer do Gabinete de Cidade, que neste momento está já a elaborar o parecer que há-de acompanhar o Plano Estratégico, para depois vir à Assembleia, que por sua vez, dará também o seu parecer. Relativamente aos restantes Planos de Pormenor, estão a ter um desenvolvimento, não tão depressa como seria de esperar, mas exactamente por causa dessa coordenação e do acompanhamento de todos, uns atrasam-se mais, outros avançam, enfim, estamos a conjugá-los para que não haja a descoordenação que aqui foi muito bem afluada".

Vereador Mendonça:

" Eu começava pelo Sr. Armando Vieira que referiu que só estamos a pensar em alterações ao regulamento do PDM. Não foi isso que eu disse Sr. Armando Vieira, peço desculpa. Eu disse também, que estamos à espera de alterações pontuais, de conseguir alterações pontuais que a alteração 69/90 irá permitir. Por outro lado, falou também nos dezoito metros no tipo III, é um problema que se resolverá penso. Da altura de meação, é um problema que se resolverá; falou do problema dos anexos, é um problema que se resolverá; falou-me no perímetro urbano, cento e quarenta metros, não tenho resposta, porque não sei, com honestidade. Falou-me que o PDM era um erro. Ora bem, o PDM não é um erro. E agora passava, inclusivamente, para outro interveniente e dizer o seguinte: o que aconteceu com o nosso PDM, aconteceu com a generalidade dos PDM's no País. Foi a primeira vez que se fez PDM's, evidentemente que demoraram tempo, não havia experiência, etc., etc., cometeram-se lapsos, logicamente. Ora, é altura de corrigir. São mais fáceis de corrigir os lapsos do regulamento, o que tanto quanto julgo saber, bastará que a Câmara os aprove e a Assembleia também, para que seja possível alterá-los. Agora, o problema das alterações pontuais, só quando a Lei o permitir.

A revisão do PDM, falaram muito na questão do Plano Estratégico, eu sempre ouvi dizer que o que faltava ao PDM era uma estratégia. Vamos ter o Plano Estratégico, que nos vai dar a estratégia do Concelho, lembro que o PU, é territorialmente limitado. O PU não é para todo o Concelho. Depois alguém referiu também, que foram enganados relativos ao PDM. Eu devo dizer que a informação que colhi, é que havia compromisso da RAN, porque reparem, o PDM não é só feito pela Câmara, o PDM tem as plantas condicionantes, intervém a RAN,

intervém a REN, intervém a JAPA, intervém a Junta Autónoma das Estradas, etc., etc., etc.,... Por conseguinte, pelo o que eu ouvi dizer, o que havia era um acordo já com a RAN para a desafecção de solos, que depois não foi concretizado, e que está em cima da mesa para qualquer alteração futura. Quanto ao testar das alterações, entendamo-nos, o testar não é passar a aplicar aquilo que ainda não está aprovado. Porque, eu posso ser acusado de legalista, mas não de anti-legalista. E o problema do testar, é porque quando se pretende estabelecer índices de construção para o tipo I, evidentemente, vem os processos, vamos lá ver, e isto aqui, corresponde ao número que nós técnicos propomos, ou isto deverá ter modificações? Não é o teste. É uma simulação para ver se efectivamente responde, sem quebra do interesse geral ou interesse do município. Esse é que é o teste. Depois, relativamente às taxas de urbanismo. Eu queria dizer que nunca concordei, que fosse por falta de fundamentação jurídica, que aquele regulamento de taxas de actualização que eu propus, fosse reprovado por esta Assembleia. E devo dizer que já falei com várias pessoas juristas, que me disseram ser perfeitamente cabal a justificação que eu apresentei. Para sossegar a Assembleia ou quem pôs o problema, devo dizer que está em elaboração uma nova tabela, entregue a um gabinete, gabinete esse que pelo menos já fez tabelas de taxas em vários municípios, e em breve, ainda neste mandato, virá à apreciação desta Assembleia. Tabelas de taxas, porque agora já não se verifica o que antes se verificava, que era a perspectiva de alteração do Decreto dos loteamentos. Por conseguinte, virão conjuntamente taxas, quer de obras particulares, quer de loteamentos.

Evidentemente, não vou agradecer, embora tivesse gostado muito daquilo que disseram, é a minha maneira de trabalhar, sinceramente, isto é a realidade. Eu não sei escamoteá-la. Penso que o Sr. Presidente já respondeu à questão do Eixo Estruturante. Penso que também já respondeu à coordenação dos PP's, de maneira que por aqui me ficaria, se eu alguma coisa omiti, sinceramente foi sem o pretender".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, eu não disse que o PDM era um erro, eu penso que não disse isso. Se disse, não era essa a minha intenção. Contém erros graves, não é todo ele um erro. E, quanto ao fomos enganados. Oh, Sr. Dr. eu lamento ter que dizer, o Sr. Dr. não tem nada a ver com isso, tenho que salvaguardar o Sr. Dr. na altura não era o responsável, a Sr.ª Arquitecta Ilda não era a responsável por isto, mas a verdade é que eu participei em reuniões com técnicos da Câmara e apadrinhadas pelo Sr. Presidente da Câmara de então, onde nos foi dito, e quando eu questionava a Câmara sobre a validade dos potenciais

acordos ou daqueles diálogos para serem versão final do PDM, para constarem, era-me assegurado nessas reuniões que tudo estava garantido em sede da RAN. Portanto, não haveria nada e aquilo eram acordos finais, era dito assim: Eram afinações da versão final do PDM, para que viesse aqui à Assembleia para aprovação, o que todos nós votámos. Eu recorde-me perfeitamente do diálogo e eu disse assim: esta versão com estas alterações que introduzimos agora nesta afinação, agrada-me, está de acordo com aquilo que responde aos interesses da população da minha Freguesia, desde já vos digo que vou votar a favor. Isto na tal reunião dos acordos finais e é por isso que eu digo que fomos enganados. É que fomos efectivamente enganados. Se intencionalmente ou não, não sei. Agora que me foi dito que em sede de RAN aquelas alterações estavam asseguradas, foi dito".

Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, vindo a mesma a merecer aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram, 00:30 horas do dia 28

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Jesus Dinis Correia
Francisco Miguel Bolal Monteiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 76

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO REALIZADA EM
27.05.97

Aos vinte e sete dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária do mês de Abril da Assembleia ^{MUNICIPAL DE} Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS AO ANO DE 1996;

RELATÓRIO APROVADO POR MAIORIA DE 11 VOTOS A FAVOR,
~~VOTOS CONTRA~~ E 12 ABSTENÇÕES.

CONTAS APROVADAS POR MAIORIA DE 11 VOTOS A FAVOR
E 12 ABSTENÇÕES
PONTO Nº 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1996;

APROVADO POR MAIORIA DE 16 VOTOS A FAVOR,
~~VOTOS CONTRA~~ E 7 ABSTENÇÕES.

~~PONTO Nº 4 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO A QUE SE REPORTA O Nº 2, DO ARTº 4º, DO REGULAMENTO DO PDM;~~

~~APROVADO POR MAIORIA DE _____ VOTOS A FAVOR,~~
~~VOTOS CONTRA E _____ ABSTENÇÕES.~~

